



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

PERCURSOS FORMATIVOS DE PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E
CONTRIBUTOS PARA O SEU
DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL NO CAT
“FAROL”

Jéssica Filipa Campelo Ramos

Setembro de 2017



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

PERCURSOS FORMATIVOS DE PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E
CONTRIBUTOS PARA O SEU
DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL NO CAT
"FAROL"

Jéssica Filipa Campelo Ramos

Relatório de Estágio para obtenção do grau de
Mestre em Ciências da Educação, orientado pela
Professora Doutora Maria Augusta Nascimento

Setembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Nesta reta final do meu percurso académico resta-me agradecer a todos aqueles que dele fizeram parte e que o marcaram tão positivamente.

Em primeiro lugar quero agradecer à Cáritas Diocesana de Coimbra e ao Centro de Alojamento Temporário “Farol” por me terem permitido realizar este estágio e pelo acolhimento tão positivo. Também aos grandes profissionais deste Centro que muito contribuíram para que o meu percurso fosse sempre acompanhado e motivado da melhor forma. À Dr.^a Justina, à Dr.^a Guida, à Paula, à Bárbara e ao Sr. Zé, um enorme e sentido, obrigada!

À Professora Doutora Maria Augusta Nascimento pelos ensinamentos e por me tornar uma pessoa mais autónoma.

À Professora Doutora Sónia Mairós Ferreira, por ter sido uma enorme inspiração e por me mostrar sempre que quando queremos muito algo e lutamos, conseguimos e somos capazes. Obrigada por todo o apoio e tempo aplicado em mim, foi sem dúvida um apoio enorme.

Aos “meus” utentes, que dia após dia me ensinaram e me deram mais do que algum dia lhes poderei ter dado. Digo de coração que me deixarão muitas saudades.

Ao Vítor, pela ajuda e encorajamento nesta reta final.

Aos meus grandes amigos, amigos para a vida, Lúcia, Hugão, Nico, Inês caracoleta, Renata, por terem sido sempre aquilo a que chamo de verdadeiros amigos e por me terem dado os melhores anos.

À Marisa, obrigada miúda, de facto as surpresas estão onde menos esperamos!

À Bárbara e ao Rui pela amizade e pela ajuda incansável que me deram nesta última fase. Acreditem, sem vocês isto não seria possível. Obrigada de coração primos. Que a vida nos reserve muitos momentos de partilha como até agora.

À Soraia, a melhor amiga que esta academia me podia ter dado. Uma amiga nómada, que longe ou perto, sempre se preocupou comigo, com a qual partilhei momentos inesquecíveis, e aquela que não encontro palavras para agradecer. Basta-me dizer-te que seremos verdadeiras amigas até à eternidade.

Ao Tiago, que não encontro palavras suficientes para agradecer, por todo o amor, carinho, paciência e encorajamento que me deu ao longo deste percurso. Obrigada por teres sido sempre a força e o ânimo que me faltou e por nunca me teres

deixado desistir, nem nos momentos de maior frustração. Foste sem dúvida a minha rocha salvadora desde que entraste na minha vida.

Aos meus padrinhos, pelo apoio e por terem contribuído tanto para a minha formação. Um sentido obrigada.

Aos meus pais, por todo o esforço que fizeram ao longo destes anos para eu poder continuar esta jornada, que nem sempre foi fácil. Obrigada a vocês e à minha linda Irmã, Beatriz, por todo o apoio e por me fazerem sempre ver o que é realmente importante. Sei que estão orgulhosos.

Aos meus avós que sei que têm um orgulho desmedido em mim e por tudo o que fizeram para me ajudar. Espero continuar a orgulhar-vos muito.

Aos meus tios, Sofia e Tozé, os meus segundos pais. Não há palavras para vocês. Sabem que o meu agradecimento será eterno.

Ao meu primo Marco, que partiu cedo demais, mas esteja ele onde estiver, sei que está orgulhoso das minhas escolhas e do meu percurso. Lembro-me de ti com saudade.

À minha restante família e amigos, obrigada por terem participado neste percurso e por me terem sempre encorajado a continuar.

*A felicidade não se resume na ausência de
problemas mas sim na sua capacidade de lidar
com eles*

Albert Einstein

RESUMO

O presente relatório tem como finalidade apresentar uma descrição do percurso e trabalho desenvolvido no âmbito do estágio integrante no Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, desenvolvido no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Descreve a visão, missão e valores da instituição acolhedora, assim como o seu público-alvo, considerando a pobreza, a exclusão social e as dependências de substâncias psicoativas adjacentes, bem como a importância da promoção cognitiva e de uma investigação referente aos percursos escolares. Neste sentido, são igualmente descritas as atividades desenvolvidas pela estagiária no decorrer do estágio, tal como os seus objetivos. Relativamente às atividades, a estagiária levou a cabo a implementação de um programa de desenvolvimento psicossocial, bem como uma investigação sobre os percursos formativos de pessoas em situação de Sem-Abrigo. No término do documento são apresentadas algumas considerações e reflexões resultantes de todo o processo de estágio curricular.

Palavras-chave: Sem-abrigo; Exclusão Social; Pobreza; Dependências; Desenvolvimento Psicossocial; Percursos Formativos.

ABSTRACT

The purpose of this report is to present a description of the work carried out in the final year of the Master's Degree in Educational Sciences by the Faculty of Psychology and Educational Sciences of Coimbra's University, developed in the Temporary Accommodation Center "Farol". Describes the vision, mission and values of the welcoming institution as well as its target audience, considering poverty, social exclusion and addictions to adjacent psychoactive substances, as well as the importance of cognitive promotion and research concerning their school pathways . In this sense, the activities developed by the intern during the internship, as well as their objectives, are also described. With regard to the activities, the trainee carried out the implementation of a psychosocial development program, as well as an investigation of the paths of homeless people. At the end of the document are presented some considerations and reflections resulting from the whole process of curricular internship.

Palavras-chave: Homeless; Social Exclusion; Poverty; Addictions; Psychosocial Development; Training Paths.

Índice

INTRODUÇÃO	8
1. Capítulo I, Enquadramento Teórico	10
1.1 Problemática - Sem-Abrigo	10
1.2 Pobreza, uma construção social.....	15
1.2.1 Desemprego, Desemprego de longa duração e Emprego Precário	18
1.3 Exclusão Social.....	20
1.3.1 Diferentes tipos de Exclusão Social	22
1.4 Consumos abusivos de substâncias psicoativas.....	24
1.4.1 Alcoolismo	24
1.4.2 Toxicodependência	28
1.4.3 Consequências dos consumos abusivos de substâncias psicoativas	29
1.5 A Escola e a Exclusão Social.....	32
Capítulo II – Caracterização Institucional	36
2.1 Cáritas Diocesana de Coimbra	36
2.2 Centro de Alojamento Temporário “Farol”	39
CAPÍTULO III - Descrição do Projeto de Estágio e Investigação	44
3.1 Descrição das atividades realizadas ao longo do período de estágio	44
3.2 Programa de Desenvolvimento Psicossocial	46
3.2.1 Descrição das Sessões	49
3.2.2 Avaliação do Programa	59
3.3 Investigação - Percursos Formativos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.....	67
Resultados	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXOS	85

Índice de Quadros

Quadro 1 - Distribuição da amostra por idade.....	69
Quadro 2 - Distribuição da amostra por sexo.....	69
Quadro 3 - Distribuição da amostra por estado civil.....	70
Quadro 4 - Distribuição da amostra por nacionalidade.....	70
Quadro 5 - Distribuição da amostra por situação profissional.....	70
Quadro 6 - Distribuição da amostra por cuidadores.....	71
Quadro 7 - Distribuição da amostra por habilitações literárias dos cuidadores.....	71
Quadro 8 - Distribuição da amostra das habilitações literárias dos participantes.....	72
Quadro 9 - Distribuição da amostra por idade de abandono escolar.....	73
Quadro 10 - Distribuição da amostra por rendimento escolar.....	73
Quadro 11 - Distribuição da amostra por reprovações.....	74
Quadro 12 - Distribuição da amostra por formação extraescolar.....	74
Quadro 13 - Distribuição da amostra por problemas de comportamento.....	74

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio abrange o percurso curricular relativamente ao segundo ano do Mestrado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), durante o ano letivo 2016/2017, a fim de concluir o ciclo de estudos.

Ao longo deste documento será descrito e pormenorizado o percurso referente ao estágio curricular desenvolvido no Centro de Acolhimento Temporário “Farol”, um equipamento pertencente à Cáritas Diocesana de Coimbra, tendo sido orientado pela Professora Doutora Maria Augusta Nascimento, docente da FPCEUC, bem como pela Dr.^a Justina Dias, Diretora do Centro de Alojamento Temporário “Farol”.

No estágio curricular em questão, a opção relativamente ao local de estágio incidiu no Centro de Alojamento Temporário “Farol” no sentido de estabelecer um contacto próximo com a realidade de indivíduos em vulnerabilidade social e poder unir a teoria com a prática, tendo por base o aprofundamento das principais problemáticas que envolvem este público-alvo, como a pobreza, a exclusão-social e as dependências de substâncias psicoativas, que colocam desafios quer em termos de escolarização quer em termos de competências. Pretendemos assim aprofundar conhecimentos e desenvolver competências favoráveis ao perfil e desempenho profissionais.

Segue-se a apresentação da estrutura deste mesmo relatório, onde é feita uma descrição de cada um dos três capítulos em que o documento se encontra subdividido, incluindo uma gama de tópicos e subtópicos estreitamente relacionados.

O Capítulo I, **Enquadramento Teórico**, procurará compreender a problemática dos Sem-Abrigo e relacioná-la com cenários de pobreza, exclusão social, consumos abusivos de substâncias psicoativas e a escolarização em contexto de vulnerabilidade social. Neste sentido, será estabelecida uma abordagem elucidativa referente aos objetivos da implementação do programa e da investigação, que serão abordados no capítulo III.

O Capítulo II, **Enquadramento Institucional**, inicia-se com uma caracterização da entidade promotora, analisando as suas finalidades sociais, descrevendo a sua estrutura, com o objetivo de fundamentar a origem do Centro de Alojamento

Temporário “Farol” que surgiu como uma resposta social da Cáritas Diocesana de Coimbra. O segundo ponto deste capítulo diz respeito à entidade acolhedora, realçando os seus pontos de ação e o seu contributo social, contributo esse sustentado na sua missão, visão, valores e objetivos.

O Capítulo III, **Descrição do Projeto de Estágio e Investigação**, arroga uma explicação do projeto de estágio que incidiu na realização de um Programa de Desenvolvimento Psicossocial, atendendo ao resultado da análise de necessidades efetuada no local de estágio, bem como uma investigação relativa aos percursos formativos de pessoas em situação de sem-abrigo. Ao longo deste último capítulo são igualmente explicadas as áreas de intervenção do Programa e o seu propósito, bem como realizada uma análise detalhada das sessões realizadas. Relativamente à investigação levada a cabo, será apresentada uma análise qualitativa e quantitativa dos dados recolhidos junto do público-alvo e as várias conclusões apresentadas.

Por fim, de modo a evidenciar uma reflexão de todo o processo, surgem então as considerações finais, onde são descritas as várias ilações, assim como os pontos fortes e os pontos de melhoria de todo o trajeto curricular percorrido ao longo do estágio curricular, entre outros aspetos considerados relevantes.

1. Capítulo I, Enquadramento Teórico

1.1 Problemática - Sem-Abrigo

“Habituíamo-nos a vê-los na rua e as notícias surgem apenas quando há algo mais a acrescentar. (...) Aumentam as notícias que, de forma explícita ou implícita, condenam os sem-abrigo” (Bento, 2002, p. 60)

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2017-2023) define uma pessoa sem-abrigo da seguinte forma,

Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

-Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou

-Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito. (Portugal, 2017)¹

Em termos jurídicos, “Sem-Abrigo é a pessoa que não possui direito legal a uma casa.” (Bento & Barreto, 2002, p. 26).

Não existe um “tipo” de pessoa Sem-Abrigo. Qualquer pessoa pode experienciar esta situação. No entanto, a FEANTSA (Federação Europeia de Serviços para Pessoas Sem-Abrigo) refere que são predominantemente pessoas do sexo masculino, solteiros e de meia-idade. Apesar disso, tem-se verificado uma crescente proporção de mulheres, famílias, jovens e migrantes que ficam na situação de sem-teto.

Há muito tempo que nos deparamos com várias “atuações” perante esta grave agrura da nossa sociedade. Por um lado, observamos aqueles que de facto tentam fazer algo perante esta situação devastadora, que se preocupam e procuram soluções, por outro, aqueles que desviam o olhar, que não pensam ou se preocupam, e que quando se deparam com casos destes se sentem incomodados. “Os sem-abrigo representam a forma mais extrema e complexa de exclusão” (Costa, 2005, p.25). Muitos de nós só se apercebem da dura realidade da vida de um Sem-Abrigo quando surge um contacto mais “íntimo” com a mesma ou quando se está desperto para essa mesma realidade.

Inicialmente centrava-se a explicação deste fenómeno no próprio individuo, como sendo uma consequência das suas próprias escolhas. No entanto, com o seu

¹ Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/107745642>

aumento em massa, foi possível constatar que este problema resulta da forma como a sociedade está (des)organizada, bem como das desigualdades que lhe estão inerentes (Pereira, 2001, *in* Abreu, & Antunes, 2005).

A situação de Sem-Abrigo é “ (...) uma das formas mais extremas de exclusão social, e embora por vezes seja uma das mais visíveis, (...) é uma das formas mais complexas e mais difíceis de resolver” (Costa, 2005, p.80). É uma situação extrema e heterogénea na medida em que não se pode afirmar que existem duas situações de sem-abrigo iguais, pois há sempre motivos diferentes, assim como carências, características e medidas distintas para cada caso, pese embora sejam possíveis de encontrar traços semelhantes de caso para caso.

É difícil obter-se uma definição única do que é ser Sem-Abrigo. Tão difícil e complexa que são várias as causas e as consequências desta situação, assim como variadas são as abordagens que se fazem a esta problemática e diferentes são os tipos de suporte a que cada investigador recorre.

Quando falamos de Sem-Abrigo, acabamos por ter necessidade de falar em outros conceitos, como é o caso da pobreza e da exclusão social. Bento (2002) mostra que “ (...) a definição de sem-abrigo abrange um espectro de situações que têm em comum a falta de meios (pobreza) e dos laços comunitários (exclusão social) para aceder a um alojamento pessoal adequado.” (p. 26)

Em Portugal, esta problemática tem vindo a receber uma maior atenção por parte das instituições desde a década de 90. Foi a partir desta altura que se começaram a criar equipamentos e projetos exclusivamente destinados aos Sem-Abrigo (Bento, 2002).

Abreu e Antunes (2005) referem que existem fatores determinantes para o aparecimento de situações de marginalização social, fatores esses que incidem na habitação, emprego ou desemprego. A habitação, para além de ser um bem essencial para qualquer pessoa, é também uma proteção, que reforça a integração no meio social do indivíduo. Também o emprego ou o desemprego são fatores determinantes para o bem-estar pessoal e social. O facto de não se deter um emprego que permita ao indivíduo criar condições de vida favoráveis faz com que o mesmo se veja envolvido em uma instabilidade socioeconómica, aumentando assim a impossibilidade de manter a sua própria subsistência, assim como a da sua família.

Importa referir também que “ (...) o sem-abrigo não carece apenas de um bem material chamado casa, mas igualmente de um sentimento «psicológico» de casa. (Morais, 2000, cit. por, Abreu, & Antunes, 2005, p. 13). Não se soluciona uma situação de Sem-Abrigo dando-lhe uma casa, um abrigo. Há muito mais a fazer-se nestas situações. Trata-se de uma reconstrução e de uma reorganização urgente do indivíduo enquanto pessoa, enquanto membro de uma sociedade, de um grupo, de uma família. Muitas são as perdas que a pessoa em situação de sem-abrigo experiencia ao longo deste duro processo. “É fundamental olhá-los como pessoas, encarando-os como um todo indissociável, onde o equilíbrio social se envolve com o emocional e com o físico” (Abreu & Antunes, 2005, p. 9). A pessoa que está em situação de Sem-Abrigo sofre de um isolamento social que acaba por ser mais condicionante do que o facto de não ter abrigo.

Em muitas situações o Sem-Abrigo possui uma casa, simplesmente não reside na mesma derivado a cortes nos laços familiares (Costa, 2005). O abandono da casa pode ser o resultado do verdadeiro problema.

Para além de um teto, os Sem-Abrigo necessitam de acompanhamento e apoio contínuo. Carecem de um conjunto de recursos e equipamentos sociais diversificados e que estejam adaptados às suas necessidades (alojamento, cuidados de saúde, benefícios sociais, educação/formação profissional, procura de trabalho, etc), necessidades essas a que nem sempre uma instituição consegue dar resposta por inteiro (Bento, 2002).

Cada vez mais a falta de confiança nestes serviços/instituições, por parte dos Sem-Abrigo, se torna evidente. Ao passo que o medo de fracassar, o medo de não atingir as expectativas e de não conseguir sair da situação em que se encontra, faz com que muitos não recorram sequer a estas instituições, ou caso o façam, que desistam a meio do processo de reintegração (Abreu & Antunes, 2005)

Ao longo do tempo a pessoa em situação de Sem-Abrigo vai perdendo laços vinculativos importantes na sua vida, como é o caso da família, dos amigos, do trabalho, a política, o lazer, entre outros, sendo este um processo de desafiliação. A desafiliação representa o “ (...) não reconhecimento do lugar na sociedade,(...)” (Amaro, 2001, p.14, cit. por Abreu & Antunes, 2005) criando um processo de exclusão, um processo de progressiva desintegração social, assim como de perda de identidade e dignidade. Trata-se de um conceito que aborda o isolamento generalizado dos Sem-Abrigo. Na sua

maioria vivem sós, nunca constituíram família e já dissiparam o contacto com a família de origem (Bento *et al.*, 1999 in Bento & Barreto, 2002).

Uma das grandes perdas que a pessoa em situação de Sem-Abrigo sofre é de facto o poder de exercer os seus direitos enquanto cidadão – a sua cidadania. Temos um exemplo muito claro, que assenta nos vários documentos que carecem de uma morada. Estando em situação de Sem-Abrigo, o indivíduo não tem uma residência fixa e por isso deixa de ter direito a documentos que necessitem de uma morada, como é o caso do cartão de cidadão e do cartão de eleitor (a falta destes documentos acarreta condicionantes ao nível do acesso a serviços de saúde, ao voto, entre outros). Torna-se cada vez mais inquietante que, ao viver numa democracia que confere a todos os indivíduos o direito de exercer a sua cidadania, uma morada possa impossibilitar qualquer pessoa de exercer os seus direitos enquanto cidadão. “A maioria dos Sem-Abrigo, embora faça parte de uma comunidade, dificilmente são considerados como um grupo de cidadãos que exercem a plenitude da sua cidadania” (Abreu & Antunes, 2005, p.33).

Muitas são as situações em que a causa se confunde com a consequência. Temos o exemplo do alcoolismo e da toxicod dependência, que nem sempre são as causas de um indivíduo estar na rua, mas sim um refúgio que, para quem está na rua, aparece com facilidade. Se em alguns casos é o álcool que leva a pessoa a viver na rua, em outras situações o álcool surge como uma consequência da vida de rua, como uma fuga (Abreu & Antunes, 2005) e um conforto. Em Portugal é constante associar o alcoolismo e a toxicod dependência à situação de Sem-Abrigo, pois na maioria dos casos, não se encontram dissociados os conceitos.

Embora seja difícil enumerar a diversidade de fatores que podem levar um indivíduo à situação de sem-abrigo, fatores como a perda de emprego, a doença, a separação, o corte de relações familiares (Costa, 2008) e a violência são alguns dos exemplos e que, quando coexistentes, colocam em causa a satisfação das necessidades básicas de subsistência.

A perda de emprego representa “(...) não só a perda de rendimento e de uma atividade socialmente gratificante, mas a deterioração da identidade social e do círculo relacional do indivíduo, podendo culminar em situações de extrema pobreza e de exclusão social.” (Pereira, 2001, cit. por Abreu & Antunes, 2005, p. 14). Também neste

domínio, um emprego precário que não corresponda às necessidades económicas e sociais do indivíduo pode, conseqüentemente, culminar numa situação de exclusão social, dado que um indivíduo que tenha rendimentos reduzidos não consegue aceder a bens e serviços essenciais, como por exemplo a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, os cuidados de saúde, entre outros. Aliada a estas conseqüências está também a desfiliação, o afastamento social. O indivíduo deixa de poder realizar atividades que realizaria com um rendimento estável, pois encontra-se numa situação de instabilidade socioeconómica. Quando se trata de um indivíduo que representa a figura paternal da família, ao qual lhe é incumbida a responsabilidade de criar sustentabilidade para todos, o mesmo perde a credibilidade e atinge um estado de revolta por não conseguir garantir a sua subsistência e da sua família.

Antunes e Abreu (2005) referem que uma pessoa pode **ser** Sem-Abrigo ou **estar** Sem-Abrigo. **Ser** Sem-Abrigo remete para uma situação de perda de abrigo, isolamento social, perda de relações com a comunidade, perda de direitos (como é o caso do direito ao voto, à saúde, à educação, ao emprego), enquanto que, **estar** Sem-Abrigo pode representar uma situação provisória, que se espera resolver num curto espaço de tempo. Estes indivíduos ainda têm a possibilidade de manter contacto com a família e poder recorrer à mesma, encontram-se capazes de integrar um emprego e de manter as relações sociais, fazendo com que esta situação possa ser reversível. No entanto, podem não conseguir estabelecer contacto ou recorrer às estruturas às quais ainda têm acesso e assim permanecer na situação em questão durante um longo período de tempo, passando a **ser** sem-abrigo. Podemos também referir a acomodação como sendo um fator que leva muitos indivíduos a permanecer na rua, indivíduos esses que acabam por se adaptar ou até mesmo render à (sobre)vivência na rua.

Com este enquadramento feito relativamente aos Sem-Abrigo, analisemos de seguida as implicações e o processo de pobreza enquanto forma de construção social.

1.2 Pobreza, uma construção social

Segundo a definição adotada pela Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2001),

(...) a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. (cit. por, Costa *et al.*, 2008, p. 29)

Definir a pobreza é algo complexo e que tem suscitado falta de consenso em vários autores. Esta falta de consenso deve-se ao facto de se tratar de um fenómeno multidimensional, bem como às diversas perspetivas e modos de definir o conceito pelos diversos autores que o estudam.

Costa (2005) apresenta uma definição breve e direta relativamente ao conceito de «pobreza», referindo que “consiste numa situação dinâmica de **privação por falta de recursos**” (p. 20). Os dois termos implicados são necessários à definição, representando uma causa-efeito. De modo que, se uma situação de privação não for resultante da falta de recursos, a mesma não significa «pobreza», podendo sim constituir um problema social de grave.

Costa (2005) destaca que a **privação** se expressa nas más condições de vida. A pessoa sofre de uma privação múltipla, que a afeta em diversos domínios das necessidades básicas do sujeito. Elementos como a alimentação, o vestuário, a habitação, o conforto, as condições de trabalho, a possibilidade de escolha, a educação, a participação na vida social e política, são afetados e privados ao sujeito. Note-se que algumas destas carências desencadeiam outras. Com o passar do tempo e o acumular de perdas experienciadas, por vezes o sujeito perde a sua identidade social e em alguns casos também a identidade pessoal, sendo este um resultado evidente de privação profunda.

Categorias económicas como o rendimento e o consumo continuam a ser os principais indicadores de quem é ou não é pobre, deixando para segundo plano categorias como as condições de vida, a participação da cidadania política e a participação económica que passam a ser discutidos como fatores ilustrativos para explicar a pobreza (Capucha, 2005). Todavia, avaliar em que medida as condições de vida afetam as pessoas em situação de pobreza depende de diversos fatores. Costa

(2008) refere que as características pessoais, o tipo de carências e o tempo de permanência na privação acabam por passar mais despercebidos por serem menos visíveis ao cidadão comum. Ainda assim, estes mesmos fatores não devem ser ignorados, ao passo que, se assim for, a compreensão da pobreza será demasiado superficial.

Todos nós lidamos com a pobreza no nosso quotidiano. A pobreza é-nos apresentada desde cedo, contudo nem sempre nos damos conta da sua presença no nosso meio. Crescemos e vivemos com ela mesmo ao nosso lado, todos nós sabemos dizer o que é ser pobre, se não, dar uma breve explicação, associando muitas vezes o termo à exclusão social (Costa, 2008).

O termo **exclusão social** é muitas vezes associado ao termo **pobreza**, quase dando a entender que se tratam de fenómenos próximos e interligados. Embora possam coexistir, Costa (2005) refere que pode existir pobreza sem exclusão social, na medida em que um indivíduo pode estar a experienciar uma situação de pobreza e isso não o impedir de se manter integrado numa comunidade, mantendo relações.

A pobreza e a exclusão social “são agora consideradas, essencialmente, como resultantes da forma como a sociedade se encontra organizada, e das desigualdades que lhe são inerentes” (Pereira, 2001, cit. por, Abreu & Antunes, 2005, p. 13). Para Capucha (2005), as desigualdades estão evidentes de igual modo na forma como as políticas de proteção social, de saúde, de habitação e de equipamentos de apoio às famílias abrangem de modo distinto as diferentes categorias do “tecido social”, deixando algumas delas pouco protegidas, ou até mesmo desprotegidas de todo.

Como refere Costa (2005), por vezes são utilizados os dois termos como sinónimos, sendo que a ideia que é dada é de que “exclusão social” é um nome “moderno”, parecendo politicamente menos comprometedor para a conotação associada a pobreza.

Cada vez mais a apresentação, o modo de vestir, as condições habitacionais, os bens materiais e o estado de saúde denunciam a maioria das pessoas pobres e excluídas. Contudo, a complexidade da pobreza passa por uma realidade bem mais ampla e complicada do que apenas e só um conjunto de carências materiais visivelmente observáveis.

Costa e colaboradores (2008) frisam que

a natureza humana não consente segmentações, como se aquelas condições adversas pudessem deixar de atingir o ser humano como um todo, no sofrimento, nos sentimentos e afetos, no exercício da inteligência e da vontade, nos hábitos e comportamentos, na incerteza quanto ao dia de amanhã ou até da próxima refeição, na relação com os outros, no exercício da cidadania, no cumprimento dos seus deveres e no gozo dos seus direitos, a começar pelo direito à liberdade” (p. 20).

A verdade é que estes domínios, na maioria das vezes, escapam à atenção das pessoas que não experienciam esta realidade e até mesmo de alguns técnicos que trabalham com esta população, levando à subestimação desses aspetos (Costa, 2008).

A liberdade é um direito humano fundamental. Ao relacionarmos a pobreza com a liberdade, concluímos que a pobreza é uma negação da liberdade e que se transforma numa situação de negação dos direitos humanos fundamentais (Costa, 2008).

Para se definir pobreza e exclusão social é importante que se tenha em atenção a complexidade e especificidade de cada termo e que se considere a sua expressão individual. É importante frisar que a exclusão social e a pobreza podem estar relacionadas, contudo apresentam-se como realidades distintas que nem sempre se integram uma na outra.

A noção de pobreza identifica-se como uma construção social, na qual a distinção entre “pobre” e “não-pobre” é criada pela sociedade e não por critérios normativos (Costa, 2008).

Segundo Costa (2005, p. 30) “o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder. Daí que o combate à pobreza implique, além do mais, a devolução do poder ao pobre”. Quando se refere a poder, o autor apresenta-o em todas as suas formas, sendo considerado o poder económico, social, político, cultural, de pressão social.

Tsugami (2006) refere que

A erradicação da pobreza requer um planeamento da atual inserção social através de programas que permitam debelar as fragilidades sociais e, dessa forma, desenvolver a sociedade. No entanto, a dimensão desses programas de inserção exige uma resolução a longo prazo através de reformas profundas (cit. por, Borba & Lima, 2011, p. 228).

Procuremos ir um pouco mais a fundo na questão, colocando na discussão algumas concepções relativamente a uma dos aspetos que está diretamente associado à pobreza: o desemprego.

1.2.1 Desemprego, Desemprego de longa duração e Emprego Precário

Capucha (2005) explica que

Sendo certo que a participação no mercado de trabalho constitui o principal mecanismo de inclusão social, e podendo igualmente dizer-se que a exclusão desse mercado constitui um dos fatores mais importantes de exclusão social e de pobreza, estes fenómenos são também afetados por outras variáveis (p. 124).

Clavel (2004) faz referência à medida da precariedade, sendo esta uma situação de empobrecimento ou de incerteza financeira que gera uma fragilidade social. Para o autor a precariedade financeira está essencialmente ligada à precariedade do emprego.

Sendo o trabalho uma fonte produtora de rendimentos, a mesma proporciona a satisfação de necessidades elementares, como a habitação, a alimentação, a saúde, a educação, o vestuário, bem como a segurança que lhe está ligada. Gera um estatuto social, uma pertença a um grupo, a uma classe, a uma cultura. E é a partir destes elementos que se forma a identidade coletiva e pessoal. O trabalho assegura a integração dos indivíduos na sociedade e a coesão social. O aumento do empobrecimento está estreitamente ligado à subida do desemprego (Clavel, 2004).

O desemprego, o desemprego de longa duração e o emprego precário são referidos por diversos autores como um dos principais, se não mesmo o principal, fator de pobreza e exclusão social. No entanto, os mesmos não podem ser considerados como fatores únicos.

O trabalho constitui a principal fonte primária de rendimentos e de subsistência dos indivíduos e das famílias, definindo também estatutos sociais. No entanto este não está apenas associado ao rendimento e ao consumo. O trabalho está associado a outros domínios da vida que constituem uma enorme importância na sociedade e que, em muitas situações, se constituem como fatores importantes na descrição da pobreza (Capucha, 2005).

Capucha (2005), afirma que não se trata apenas de aceder ao rendimento como definição central das condições de vida, trata-se igualmente da construção de um estatuto e de uma identidade social, de deter condições para criar projetos de vida, de sustentar uma imagem positiva de si mesmo, de possuir uma rede social alargada, de sustentar uma relação normal com instituições e serviços, de adquirir direitos à saúde e à proteção social e de sentir-se livre e dono de si.

Fatores como a falta de qualificações, qualificações baixas ou mesmo qualificações obsoletas fazem com que haja uma menor aptidão para determinados tipos de trabalho, dificultando a adaptação à mudança, à evolução tecnológica e à evolução do mercado. São também estas as pessoas que no passado obtiveram insucesso escolar, fruto da forma como o sistema de ensino segrega as desigualdades (Bourdieu & Passeron, s/d; Bourdieu, 1993; Sebastião, 1998, *in* Capucha, 2005).

Clavel (2004) refere que a participação fragilizada na esfera económica se deve consequentemente a incidentes como despedimento, desemprego, doenças ou divórcio, bem como a situações profissionais instáveis, às quais associamos casos de baixos salários, subempregos, empregos temporários, empregos precários, entre outros.

O trabalhador pouco qualificado tem baixos custos para o empregador, levando este último a uma situação de aproveitamento em benefício próprio, originando assim condições de trabalho de fraca qualidade, assim como baixos salários. Neste tipo de emprego torna-se difícil haver uma aprendizagem e evolução ao longo da vida (Capucha, 2005).

As situações de rutura laboral acontecem normalmente em casos de trabalhadores muito pouco qualificados, que possuem uma relação instável com o trabalho. A rutura pode também ser explicada quando se associam ao desemprego outros fatores como a educação, o acesso a serviços, a saúde, a habitação, a organização familiar, a pertença a comunidades, a dependência de álcool e drogas, que acabam por ser resultado da exclusão social e profissional (Capucha, 2005).

A situação de desemprego prolongado leva a que o indivíduo experiencie situações como falta de autoestima, imagem negativa de si próprio, perda de identidade social, quebra de hábitos e laços sociais e familiares e desmotivação, acabando por se desfiliar progressivamente do mercado de trabalho.

Quanto maior for a durabilidade da situação de desemprego, menor será a probabilidade de a reverter. Também fatores como idade e qualificação são importantes para reverter uma situação de desemprego. Deste modo, trabalhadores mais velhos e com qualificações baixas tendem a ter mais dificuldades (Capucha, 2005).

Ao longo deste ponto abordámos não só o conceito de **pobreza** e as suas especificidades e sequências, mas também expusemos um pouco um conceito que não pode nem deve ser dissociado para ser compreendido com maior profundidade: o conceito de **exclusão social**. Aprofundemos um pouco mais esse conceito no próximo ponto.

1.3 Exclusão Social

Neste ponto será abordado o tema da **exclusão social**, os conceitos e os tipos de exclusão social que são tidos em consideração.

Desde há cerca de vinte anos que o conceito de exclusão social tem sido utilizado para descrever algumas formas de disfuncionalidades da sociedade moderna, substituindo até o termo pobreza (Clavel, 2004). Criou-se a ideia de se tratar de um termo com uma conotação e um peso mais leve do que o próprio termo pobreza. Também Costa (2008) afirma que o uso do termo exclusão social se apresenta como um termo mais moderno, mais vago e menos comprometedor.

No início dos anos 90 a Comissão Europeia introduziu a expressão **exclusão social** no discurso comunitário, para aprovação ou adoção, com o objetivo de que a expressão substituísse o termo e a noção geral de pobreza, bem como que a designação não representasse apenas a fase terminal de um processo, mas sim, o próprio processo de marginalização (Costa, 2005).

Embora seja um termo de uso generalizado nos dias de hoje, ainda não obteve um consenso entre os especialistas relativamente ao seu sentido. A exclusão social é exposta por Capucha (2005) como uma sucessiva rutura dos laços sociais, sendo cumulativa e estrutural. Assim, o mesmo autor refere que é possível ser-se pobre e não excluído, e vice-versa. Também Clavel (2004) afirma que nem todos os pobres estão em situação de exclusão, e nem todos os excluídos revelam participar de uma pobreza significativa.

Castel (1990) define a exclusão social como a fase extrema do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam inúmeras rupturas na relação do indivíduo com a sociedade (*in* Costa, 2008).

“A exclusão é o espelho daquilo que cada um pode vir a ser um dia, na medida em que, o conjunto da sociedade é aspirada para baixo” (Clavel, 2004, p. 172).

De acordo com Bento e Barreto (2002) o termo exclusão social apresenta-se como um estado decorrente de um processo que pode ou não ter início com a pobreza. O mesmo surge de uma ruptura com os três principais sistemas de suporte social: o dos mercados de trabalho e habitação; o do Estado-Segurança e pensões não contributivas; e o da família, enquanto sistema de apoio social e económico. Acresce ainda a perda de recursos materiais, a perda de rede de apoio social e a dependência dos serviços sociais para que seja possível obter algum apoio.

Como foi referido anteriormente, a exclusão social apresenta-se como um «estado» resultante de um «processo», no entanto, o mesmo termo representa cada um dos conceitos. Isto é, antes de ser um estado, a exclusão social passa por vários processos de exclusão de vários sistemas sociais básicos. Por exemplo, um acontecimento traumatizante como a perda de emprego, a ruptura de laços familiares e afetivos pode causar repercussões em outros âmbitos da vida, gerando consequências ao nível da autoestima, do desempenho social e dos laços sociais que começam a desagregar-se. A solidão e o isolamento passam a ser consequências imediatas, pelo que o indivíduo não está apenas excluído do mercado de trabalho, mas também da família, que deixa de o integrar, e consequentemente a nível social.

É cada vez mais evidente a disparidade entre estratos sociais, mostrando que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres estão cada vez mais pobres. “As desigualdades atuais traduzem-se em forma de desintegração social” (Fernandes, 2000, cit. por Capucha, 2005, p. 26), fazendo com que nem todos participem da sociedade, embora nem todos façam parte dela.

Acresce que, quando um indivíduo se encontra excluído socialmente, o mesmo perde o direito de exercer a sua cidadania (Almeida, 1993, Pereirinha *et al.*, 1999, *in* Capucha, 2005). De tal modo que um indivíduo que esteja impedido de exercer os seus direitos e deveres como cidadão (como o direito ao trabalho, à saúde, aos cuidados de

saúde, à educação, à cultura, à protecção social e cívica, entre outros) está também impedido de exercer a sua cidadania, como qualquer outro cidadão.

O Observatório Europeu estabelecido no decorrer do II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (II PELCP) realçou cinco domínios fundamentais de direitos que, ao se encontrarem ausentes, revelam uma situação de exclusão das pessoas ou famílias. São estes: o direito a um rendimento digno; o direito ao trabalho e à atividade económica; o direito à educação e à formação; o direito à saúde e à habitação; o direito à igualdade de oportunidades (Capucha, 2005, p. 88).

Estar em situação de exclusão social é, para Capucha (2005), perder um estatuto social valorizado, é estar mais vulnerável a doenças e deter poucos ou nenhuns cuidados de saúde de qualidade, é viver em habitações degradadas ou simplesmente não ter habitação própria e viver na rua, é não possuir apoio ou suporte familiar ao nível afetivo, material e relacional, e é também pertencer a comunidades onde predomina a carência, a marginalidade e a violência. No fundo, é ser um cidadão sem direito de cidadania.

A realidade atual é que o número de excluídos aumenta. Clavel (2004) indica que é mais simples identificar situações de exclusão a partir de indicadores objetivos do que contabilizar os excluídos. No entanto, não é correto fazer o somatório dos números a cada situação, na medida em que um indivíduo, uma família ou um grupo podem estar a experienciar mais do que uma situação de exclusão.

Uma das grandes dificuldades de medida tem a ver com a confusão entre os conceitos de pobreza e de exclusão social. Para Clavel (2004) o fator económico é central. Mas é necessário perceber que nem todos os pobres participam da exclusão e nem todos os excluídos apresentam a experiência de uma situação de pobreza.

1.3.1 Diferentes tipos de Exclusão Social

Como foi referido anteriormente, a exclusão social é um termo de uso generalizado. No entanto, pela sua complexidade e heterogeneidade, ainda não se conseguiu chegar a um consenso relativamente ao sentido da expressão. Deste modo, podemos afirmar que existem vários tipos de exclusão social. Nessa senda, Costa (2005) afirma que um dos critérios para se proceder a uma categorização é o das causas

imediatas, por oposição às causas intermédias e às causas estruturais da situação. Sendo importante referir este critério, uma vez que, ao estar relacionado com as causas, indica qual o tipo de soluções necessárias para a resposta ao problema.

Podemos assim apresentar os seguintes tipos de exclusão social identificadas por Costa (2005):

- **Exclusão de tipo económico:** Apresenta-se como uma situação de “pobreza”, devido a uma situação múltipla de privação, por falta de recursos. A mesma acontece derivado a um conjunto de fatores, como é o caso de condições de vida degradantes, emprego precário, e por vezes baixos níveis de instrução e/ou qualificação profissional. Quando prolongada por um longo período de tempo, pode levar a uma situação de “sem-abrigo”, que é a forma mais grave de pobreza e exclusão. Aqui, a pessoa encontra-se numa situação verdadeiramente preocupante e emergente.

- **Exclusão de tipo social:** Nesta situação o domínio afetado é o dos laços sociais. Caracterizada pelo isolamento, enquadra-se como uma situação de privação relacional. Este tipo de exclusão pode dever-se a inúmeros fatores, tais como o estilo de vida próprio, familiar e de amigos. No entanto este tipo de exclusão pode também estar ligado à falta de bens e recursos, neste caso a exclusão de tipo social aparece sobreposta à exclusão de tipo económico, podendo também decorrer desta. Exemplos evidentes deste tipo de exclusão são os idosos que vivem isolados e na solidão, e os indivíduos com deficiência que necessitam de apoio e cuidados.

- **Exclusão de tipo cultural:** Este tipo de exclusão é referente a fatores de ordem cultural, como as situações de xenofobia, racismo ou nacionalismo, que conduzem a situações de exclusão de minorias étnico-culturais. Problemas de integração na comunidade podem também ser considerados um problema de exclusão cultural.

- **Exclusão de origem patológica:** Este tipo de exclusão está relacionado com fatores patológicos, de natureza psicológica ou mental. Algumas das ruturas familiares devem-se a estes fatores. Determinadas situações de sem-abrigo ocorrem deste tipo de exclusão, na medida em que, após o favorecimento da ideia de tratamento em ambulatório, que antes era realizado em internamento, muitos dos doentes acabam por ficar em situação de sem-abrigo. Isto porque muitos não possuem habitação própria ou porque vivem com familiares que não conseguem lidar com as patologias e

comportamentos que advêm das mesmas. A patologia pode também ser uma consequência da situação de sem-abrigo.

- **Exclusão por comportamentos auto-destrutivos:** Este tipo de exclusão refere-se a pessoas em situação de exclusão social ou autoexclusão, em resultado de comportamentos autodestrutivos, tais como, situações de toxicodependência, alcoolismo, prostituição, entre outros. Também estes fatores podem ser apresentados como causas ou consequências da pobreza.

É possível depreender destes tipos de exclusão que os mesmos podem surgir sob a forma de causa ou consequência. Por exemplo, a falta de emprego leva à falta de remuneração, que consequentemente pode impedir o pagamento de contas, como a renda da casa, levando a que o indivíduo ou a família fiquem em situação de sem-abrigo. Também a falta de emprego ou emprego precário, que geram situações de pobreza, podem originar ruturas relacionais, que não aconteceriam em situações normais. Assim, uma forma de exclusão pode ser, em alguns casos, consequência de outro tipo de exclusão.

Castel (1990) afirma que a situação extrema de rutura acontece quando são alterados os laços familiares e afetivos (*in* Costa, 2008).

“A exclusão não é uma fatalidade, ela é resultante de um conjunto de mecanismos nos quais os atores económicos, sociais, políticos e institucionais, têm a sua quota-parte de responsabilidade” (Clavel, 2004, p. 180).

1.4 Consumos abusivos de substâncias psicoativas

Nesta busca incessante por um enquadramento que se pretende multi e transdisciplinar, centremo-nos agora no impacto cognitivo e social que o álcool e outras drogas assumem em indivíduos em vulnerabilidade social, começando pelo enquadramento teórico das mesmas, separadamente.

1.4.1 Alcoolismo

O alcoolismo revela um grave problema de saúde pública em Portugal, que se expressa numa das principais causas de morbilidade e mortalidade (Ferreira &

Moutinho, 2014). Sendo uma das dependências com maior taxa em Portugal, apresenta-se também como uma das mais graves dependências.

O alcoolismo afeta não só a pessoa dependente mas também todos aqueles que convivem direta ou indiretamente com ela, trazendo graves problemas de qualidade de vida e de saúde, tanto para o próprio como para os que convivem com o problema. (Sena, Boery, Carvalho, Reis & Marques, 2011).

Afere-se que existam cerca de setecentos e quarenta mil bebedores excessivos e quinhentos e oitenta mil doentes alcoólicos em Portugal (WHO, 2005, *in* Ferreira & Moutinho, 2014). Barbor *et al.* (2003, Ferreira & Moutinho, 2014) refere que muitas das consequências desta problemática se devem ao “término frequente de relacionamentos, lesões graves, acidentes de condução, hospitalizações, absentismo, desemprego, doenças orgânicas e mentais, morte prematura, entre outras” (p. 50).

O álcool pode ser de uso esporádico, considerado de uso social, e também frequente, numa situação de dependência, no entanto, em qualquer das situações, o álcool é considerado a droga mais usada no mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de dois mil milhões de pessoas consomem bebidas alcoólicas (Laranjeira, 2007, *in* Sena, *et al.* 2011). Em Portugal assistimos a um consumo excessivo de álcool que muitas vezes tem um sentido amenizado na sociedade por considerarem que é de uso social, uma espécie de suporte às relações e interações sociais, e não um comportamento abusivo em relação a uma substância dependente. Muitos nem chegam a considerar o álcool como uma droga.

Segundo a OMS (1993) “o alcoólico é um bebedor excessivo, cuja dependência em relação ao álcool é acompanhada de perturbações mentais, de défices ao nível da saúde física, bem como no relacionamento interpessoal e na vertente económica” (cit. por, Ferreira & Moutinho, 2014, p. 51). Surgem assim roturas de laços em termos sociais, familiares e económicos.

Inicialmente, o álcool desinibe, cria uma sensação de euforia e de segurança, para além disso, pode provocar descoordenação motora, modificações de humor e perturbações do juízo crítico (Morel *et al.*, 1998 *in* Barrocas, s/d).

Torres e Rodrigues (2007, *in* Barrocas, s/d) referem que quando há um maior desconforto psicológico, bem como uma maior facilidade de acesso a bebidas

alcoólicas, agrava-se a possibilidade de uso de álcool para automedicação, devido aos seus efeitos ansiolíticos, analgésicos e tranquilizantes.

O consumo abusivo e continuado de álcool acarreta consequências avassaladoras tanto ao nível psicossocial, como a nível de saúde, incitando vários danos, que podem ser irreparáveis, inclusivamente no funcionamento cognitivo (Ferreira, Moutinho & Diegues, 2014).

Considera-se essencial promover o desenvolvimento de competências sociais, na medida em que, o alcoólico apresenta graves défices nesta área. É frequente assistir-se ao início do consumo de bebidas alcoólicas para lidar com dificuldades no âmbito da interação com os outros (Ferreira & Moutinho, 2014).

Também se torna pertinente o envolvimento da família no processo de reabilitação do alcoólico. No entanto, Ferreira e Moutinho (2014) referem que este envolvimento pode funcionar como um facilitador, ou também como um obstáculo, levando regularmente a recaídas. Assim, considera-se de facto importante realizar uma intervenção junto dos familiares, ao passo que esta doença afeta todo o sistema familiar, levando frequentemente a situações de codependência. Importa existir uma focalização nas rotinas familiares do comportamento do alcoólico, propagando-se padrões relacionais que mantêm os comportamentos de consumo (Ferreira & Moutinho, 2014).

Também Caetano e Guadalupe (2017) referem que as interações com a família podem agravar ou propagar o problema, bem como, por outro lado, podem ajudar a resolvê-lo. Deste modo, torna-se pertinente que a família seja também acompanhada e sensibilizada para a situação de dependência, as suas agravantes e formas de auxílio à pessoa dependente.

Ferreira *et al.* (2014) referenciam que a Síndrome de Dependência Alcoólica afeta negativamente o funcionamento cognitivo, designadamente ao nível da memória, da atenção, das funções executivas, entre outras. Em muitas situações as alterações cognitivas podem melhorar com o tempo de abstinência e com a idade. Todavia, outras persistem. Estas alterações podem ser condicionantes nos tratamentos, conduzindo à recaída, o que se verifica frequentemente, daí ser necessário ter em atenção a debilitação das funções cognitivas, aquando o início dos tratamentos.

Alguns estudos têm evidenciado alterações distintas ao nível da memória a curto-prazo, na atenção, na capacidade de abstração e de resolução de problemas (Heffernan, Moss & Ling, 2002; Noel, *et al.*, 2005 *in* Ferreira *et al.*, 2014), assim como na aprendizagem, na velocidade psicomotora, na velocidade do processamento de informações, eficiência cognitiva e capacidades visuoespaciais (Parsons, 1998 *in* Ferreira *et al.*, 2014).

É importante ressaltar que as alterações do funcionamento cognitivo também podem ocorrer em situações de ingestão pontual de álcool e em quantidades reduzidas (Pitel *et al.*, 2009 *in* Ferreira *et al.*, 2014). Na medida em que, as funções cognitivas não são apenas afetadas em pessoas com consumo abusivo de álcool, mas também em pessoas que bebem pontualmente, embora não com um impacto tão significativo.

Em algumas situações é possível que uma grande parte dos défices cognitivos mencionados possam ser revertidos com a abstinência (Moselhhy, Georgiou & Kahn, 1999 *in* Ferreira *et al.*, 2014), no entanto, essa reversão vai depender do tempo de abstinência e do padrão de consumo, bem como da idade (Parson, 1998 *in* Ferreira *et al.*, 2014). Pitel *et al.* (2009) referem que num período até seis meses podem ser recuperados muitos dos défices cognitivos, acabando por ser um fator motivacional para o tratamento (*in* Ferreira *et al.*, 2014). Neste sentido também é importante destacar que aquando da desintoxicação alcoólica – devido ao tempo reduzido de abstinência – existem capacidades cognitivas comprometidas, mas que se esperam que melhorem com o decorrer do tempo sem consumo de bebidas alcoólicas. (Oliveira, Laranjeira & Jaeger, 2002, *in* Ferreira *et al.*, 2014).

Duffy (1995) salienta que os alcoólicos que detêm alterações cognitivas, sobretudo nas regiões frontais do cérebro, apresentam um pior prognóstico, estando mais propícios a uma recaída (*in* Ferreira, *et. al.*, 2014).

Alguns estudos têm revelado que os défices cognitivos não são apenas importantes para definir estratégias de intervenção e analisar o prognóstico, mas também para que seja possível identificar uma fase motivacional na qual se encontram os sujeitos (Ferreira *et al.*, 2014).

Vejamos de seguida as indicações bibliográficas mais relevantes relativamente à toxicodependência.

1.4.2 Toxicodependência

Em quadros de dependência de substâncias é muito frequente verificar-se uma coexistência do uso e abuso de várias substâncias, como é o exemplo da heroína, da cocaína, e do álcool, entre outros, observando-se este tipo de situações tanto em indivíduos que procuram tratamento, como naqueles que já o fazem (Barrocas, s/d).

Existe uma complexidade evidente para explicar o uso de substâncias psicoativas, bem como os comportamentos de risco a elas associados. Deste modo, é necessário que se tenham em conta as vivências de cada indivíduo, a sua subjetividade e a sua constituição física e psíquica, para que assim se evitem reducionismos e generalizações (Kessler, 2009).

Quando experimentam substâncias psicoativas, os 'consumidores' não revelam grande preocupação, isto é, ignoram ou não avaliam adequadamente as inúmeras variáveis que unidas casualmente, podem levar o indivíduo a uma situação de risco ou a tornar-se um dependente químico (Kessler, 2009). Para o mesmo autor (2009), os comportamentos de risco sugerem uma ideia de que se procura uma oportunidade de se obter uma recompensa atrativa, embora possam existir hipóteses de perigo, perda ou malefício.

Indivíduos que apresentam défices pré-frontais apresentam um menor controlo e uma pior consciência do risco (Sjöberg, 2009, *in* Kessler, 2009), sendo mais uma vez necessário reforçar a importância das perdas cognitivas para o quotidiano de qualquer indivíduo, ao passo que pessoas com dependências de substâncias psicoativas, revelam uma grande preocupação nesta problemática, não só para possíveis tratamentos, mas também para o seu desenvolvimento psicossocial.

Se existir uma “decisão” pelo consumo aquando da adolescência, a mesma será agravada, pois ocorre num período em que não se dá uma importância substancial a potenciais riscos e a possíveis acontecimentos procedentes (Kessler, 2009). Neste sentido a continuação ou o aumento do consumo será tido como “pouco importante” ou como insignificante para os jovens consumidores, levando muitas vezes a uma fase de dependência.

Kreek, Nielsen, Butelman e LaForge (2005, *in* Kessler, 2009) referem que existe um fator determinante (associado não só na adolescência, mas também em outros

períodos da vida do indivíduo), que em muito se relaciona com o seu lado psicológico, fator esse entendido como a **impulsividade**. Os mesmos autores referem que a impulsividade é a “predisposição a reações rápidas e não planejadas a estímulos internos ou externos sem levar em consideração ou avaliar adequadamente as consequências negativas dessas reações” (*ibid*, 2005, cit. por, Kessler, 2009 p. 136). Ainda assim, é possível referir que em muitas situações, os indivíduos impulsivos têm noção racional das consequências que poderão advir dos seus atos, no entanto não conseguem controlar o impulso (Kessler, 2009).

O consumo de substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas, tem sido muito influenciado pela negligência da sociedade (Kessler, 2009).

Cabe agora explorarmos as consequências que derivam do consumo abusivo destas mesmas substâncias.

1.4.3 Consequências dos consumos abusivos de substâncias psicoativas

“Até ao início do séc. XX, a utilização de diversas substâncias estava justificada pela procura de bem-estar. A partir do momento em que o uso se começou a alargar e a provocar mal-estar na sociedade, os utilizadores foram-se virando para novos produtos à medida que os anteriores eram proscritos” (Castro, 2004, p. 50).

Como já foi referido anteriormente, o consumo de substâncias psicoativas acarreta um conjunto de consequências que podem, ou não, ser permanentes, sendo também importante avaliar o tempo de consumo, a idade em que se iniciou o consumo, bem como o tempo de abstinência. Neste sentido será fulcral abordar neste ponto as perdas cognitivas que já foram referidas em pontos anteriores (pontos 1.4.1 e 1.4.2), bem como as perdas relacionais.

O consumo de substâncias psicoativas sempre existiu na história da humanidade desde os seus primórdios, variando apenas no que toca à quantidade, ao tipo e à forma da sua utilização (Moreira, Barbosa, Vieira, Carvalho, Marangon, Santos & Teixeira, 2010, *in* Costa, Navas, Oliveira, Ratto, Carvalho, Silva & Tieppo, 2012).

“Não existe sociedade humana sem «drogas» nem cérebro humano sem «drogas»” (Castro, 2004, p. 50).

Quando experimentam substâncias psicoativas, os “consumidores” não revelam grande preocupação, isto é, ignoram ou não avaliam adequadamente as inúmeras

variáveis que, unidas casualmente, podem levar o indivíduo a uma situação de risco ou a tornar-se dependente químico (Kessler, 2009).

Diferentes tipos de substâncias psicoativas produzem efeitos muito diferenciados, possuindo todas elas a capacidade de criar dependência. A dependência causada por estas substâncias pode conduzir a uma perda de controlo sobre a utilização da droga ou procura e consumos compulsivos (Li, Mao & Wei, 2008 *in* Costa *et al.*, 2012).

O comprometimento no desempenho cognitivo que se verifica nos indivíduos consumidores de drogas não interfere apenas em aspetos gerais, como também na qualidade de vida. A inabilidade das funções cognitivas está diretamente relacionada com o ponto central do vício, isto é, o comportamento e a tendência do uso de drogas, apesar de daí surgirem consequências negativas (Fernández, Pérez & Verdejo, 2011 *in* Costa *et al.*, 2012).

Caetano e Guadalupe (2017) enunciam que “segundo a perspetiva ecológica do desenvolvimento humano, a rede social do indivíduo integra um conjunto de sistemas sociais que o influenciam e que o próprio influencia permanentemente” (p. 15).

Ao debruçarmo-nos sobre os problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências, percebemos imediatamente o evidente problema de saúde que se despoleta. Ainda assim, este não será o único problema causado pelos comportamentos aditivos de substâncias psicoativas, pelo que são causados também problemas de ordem emocional, comportamental, relacional e social, que assumem um impacto muito significativo neste sentido. Em termos sociais criam-se retrocessos na socialização, bem como na capacitação para autonomia pessoal e participação integral na sociedade (Caetano & Guadalupe, 2017).

Também nesta situação de retrocessos, Ló (2011, *in* Caetano & Guadalupe, 2017) indica que no processo de dependência se assiste à degradação dos laços familiares e de amizade, bem como com outras redes de suporte social, levando a uma progressiva substituição dos quadros de valores de referência. Neste mesmo sentido, o toxicodependente acaba por se afastar dos exercícios dos direitos e deveres de cidadania, integrando-se numa estrutura sociocultural específica que se organiza puramente numa tríade de procura-oferta-consumo de drogas.

O corte social ocasiona uma maior marginalização do indivíduo, não só em termos simbólicos, mas também numa condução a um sentimento de autoexclusão (Andrade *et al.*, 2007, *in* Caetano & Guadalupe, 2017). Também nesta linha se refere a existência dos fatores causa ou consequência dos fatores de exclusão social. Isto é, os comportamentos aditivos podem ser a causa ou a consequência da exclusão.

Na senda cada vez mais impactante das redes sociais urge referir que com o prolongar da situação de toxicodependência, a maioria das relações de amizade passam a estabelecer-se num círculo em que se apresentam os mesmos comportamentos.

No estudo realizado por Caetano e Guadalupe (2017) observou-se que indivíduos em situação de sem-abrigo com comportamentos aditivos apresentam uma baixa rede de apoio emocional e uma menor reciprocidade (Caetano & Guadalupe, 2017).

Segundo o relatório da Organização da Nações Unidas (UNODC - *United Nations Office on Drugs and Crime*), apresentado em 2010, aprecia-se que o número de substâncias psicoativas seja entre 155 e 250 milhões (3,5 a 5,7% da população mundial, entre 15 e 64 anos) (ONU, 2010, *in* Costa *et al.*, 2012).

Tendo em conta que a adição a substâncias psicoativas representa na sociedade atual um problema de saúde pública, é urgente que haja uma maior compreensão da sua multicausalidade para se potenciar uma otimização da intervenção nesta problemática (Vanegas, 2009, *in* Caetano & Guadalupe, 2017).

Analisadas as várias questões estruturantes aquando de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, cumpre agora também compreender o lugar que a escola e a educação em geral têm nesta problemática. É o que faremos de seguida.

1.5 A Escola e a Exclusão Social

A escolaridade estabelece um dos pilares fundamentais para a preparação dos cidadãos para a vida adulta em todo o mundo ocidental. Deste modo, é possível afirmar que o abandono e insucesso escolares constituem *handicaps* que podem influenciar todo o desenvolvimento do indivíduo (Miguel, Rijo & Lima, 2012).

Assim, a Escola integra um pré-requisito no que respeita ao bem-estar do indivíduo (Eccles & Roeser, 2011, *in* Miguel *et al.*, 2012), sendo também um fomentador do desenvolvimento cognitivo e social do Ser Humano (Miguel *et al.*, 2012).

Existem vários fatores que podem influenciar o processo educativo de qualquer indivíduo. Estes fatores são múltiplos, podendo apresentar-se como sendo de ordem endógena ou de ordem exógena. Deste modo, por fatores endógenos - tendencialmente mais valorizados - entendem-se as características adversas da classe socioeconómica, habilitações académicas, habitação e ambiente no qual vivem, bem como os grupos de pares e a existência de grupos marginais. Por outro lado, os fatores exógenos decorrem da preparação e motivação do corpo docente, das relações institucionais, da existência de equipamentos, materiais, condições, espaços e instalações propícias ao bom funcionamento e desenvolvimento educacional (Tavares, 1999, *in* Bastos, 2011). Neste sentido não podemos descurar que a escola lida, em muitos momentos, com o fracasso do seu próprio modelo, traduzindo-se em insucesso e, posteriormente, em abandono escolar (Miguel, *et al.*, 2012).

O insucesso escolar é inúmeras vezes referido como um grande preditor do abandono escolar. No entanto Miguel *et al.* (2012) referem que o insucesso escolar não se apresenta como um fenómeno unidimensional nem um vulgar *output* de um rendimento escolar fraco, mas são sim dois componentes de um processo comum.

Tendo por base a literatura, é possível afirmar que indivíduos que abandonaram a escola precocemente e que por esse motivo possuem um baixo nível de escolaridade, detêm uma maior probabilidade de desemprego, bem como uma maior dificuldade em possuir uma situação profissional estável e bem remunerada (Bohon, Garber & Horowitz, 2007, Rumberger, 1983, 1987, 1995, *in* Miguel *et al.*, 2012).

Mais, para uma compreensão do fracasso escolar é conjuntamente necessário analisar as características dessa população e a delimitação dos fatores que contribuem para explicar este fenómeno (Miguel *et al.*, 2012).

Também fatores de risco como a família, a escola e as características individuais contribuem significativamente para o fracasso escolar.

A nível familiar, adversidades como a estrutura familiar, que pode incluir, pobreza, monoparentalidade, divórcio, famílias numerosas (Janosz, Le Blanc, Boulerice, & Tremblay, 2000; Simões, Fonseca, Formosinho, Dias & Lopes, 2008, *in* Miguel *et al.*, 2012), práticas educativas excessivamente rígidas ou complacentes (Fortin, Royer, Potvin, Marcotte, & Yergeau, 2004, *in* Miguel *et al.*, 2012), por um débil envolvimento parental no percurso escolar dos filhos, pelo meio em que se inserem (Balfanz, Herzog, & MacIver, 2007, Candeias, Almeida, Reis & Reis, 2006, *in* Miguel *et al.*, 2012), ou o estatuto socioeconómico, influenciam fortemente o abandono escolar.

Fatores de risco centrados no aluno são muito importantes para explicar esta problemática do insucesso e abandono escolares. Neste sentido, das variáveis pessoais Miguel *et al.* (2012) fazem uma divisão das mesmas em subcategorias, sendo estas as variáveis sociodemográficas, cognitivas, emocionais, sociais, motivacionais e comportamentais. Na mesma linha, a existência de motivação é muito importante para que haja um incentivo, incentivo esse que terá sempre de ser acompanhado de persistência.

Alguns estudos têm apontado a alienação escolar como um conceito útil para se compreender o processo de desvinculação do aluno perante a escola (Miguel *et al.*, 2012). Deste modo, “alunos em situação de alienação desvalorizam a escola, as aprendizagens escolares não possuem valor ou identidade, não se identificando nem participando dos valores ou objetivos escolares” (Finn, 1989; Hascher & Hagenauer, 2010, cit. por Miguel *et al.*, 2012).

Indicadores como o absentismo ou problemas de comportamento podem ser um sintoma e não a causa propriamente dita do insucesso e abandono escolares (Miguel *et al.*, 2012).

Também é importante referir que a pobreza pode ser considerada uma causa ou uma consequência do insucesso e abandono escolares. Preece (2006, *in* Bastos, 2011)

refere que a pobreza pode ser tanto uma consequência como um fator de risco ou um forte preditor dos percursos de insucesso na trajetória escolar.

Costa, Batista, Perista e Carrilho (2008) referem que

Este é, sem dúvida, um dos muitos ciclos viciosos da pobreza: o pobre tem baixo nível de educação por ser pobre e é pobre por ter níveis baixos de escolaridade. É sabido que é através deste ciclo vicioso que a pobreza persiste não só ao longo do ciclo de vida do pobre mas também através da transmissão da pobreza de uma geração a outra (*in* Bastos, 2011).

No que concerne aos Sem-Abrigo e ao seu afastamento da trajetória escolar, este pode ser explicado pelas condições económicas da família, pelo desinteresse e desvalorização por parte da família em relação à escola, pelo acesso precoce ao mercado de trabalho (Firdion, 2004, *in* Bastos, 2011), que pode ser visto como uma forma de ajudar economicamente a sua família ou para sustento próprio.

O abandono escolar precoce influenciar o indivíduo ao longo da vida. Um dos níveis mais afetados é o mercado de trabalho, acabando por se observar, em alguns casos, diminuição das oportunidades de emprego e baixas condições socioeconómicas. “Portugal é o país da OCDE em que a diferença de salários de um indivíduo sem qualificação e outro com qualificação é mais alargada” (OCDE, 2007, cit. por Bastos, 2011, p. 25).

“A educação concebida como um processo permanente que se confunde com o ciclo vital remete para uma conceção inacabada do ser humano” (Canário, Alves & Rolo, 2001, p. 154), remete-nos para a abordagem da aprendizagem ao longo da vida. Que também neste sentido pode ser um fomentador de novas oportunidades, mas também de exclusões. Na medida em que, um trabalhador que tenha qualificações elevadas irá ter vantagem sobre trabalhadores com qualificações mais baixas, no entanto, se todos os concorrentes do mercado de trabalho estiverem em 'pé de igualdade', essas vantagens desaparecem (Canário, *et al.*, 2001).

A aprendizagem ao longo da vida define-se por “toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego” (Neves, 2005, cit. por Siteo, 2006, p. 284).

Ávila (2005) considera que “as políticas de educação de adultos não podem ignorar problemas como o da empregabilidade, ou os desafios da competitividade, uma vez que eles condicionam a vida dos indivíduos” (cit. por, Aníbal, 2013, p. 6). A autora faz esta argumentação com o intuito de chamar a atenção para o facto da valorização das competências dos indivíduos, nas sociedades atuais, ter um carácter transversal, que não está ligado meramente ao trabalho, mas também como uma vantagem para o indivíduo em outros contextos da sua vida. Ainda neste sentido e considerando a crescente complexificação das atuais sociedades do conhecimento, as aprendizagens são um instrumento importante para a resposta a diversos problemas do quotidiano (Aníbal, 2013).

A educação faz parte de um processo que antecede a formação e que é garantido essencialmente pelo Estado, no que concerne à escolaridade obrigatória, sendo uma base estruturante para todos os processos de ensino-aprendizagem, enquanto que a formação resulta da necessidade de ajustar aquilo que se ensina e que se aprende aos interesses pessoais e particularmente às necessidades resultantes da evolução tecnológica e do mundo do trabalho, passando a ser apreendida cada vez mais como uma responsabilidade do indivíduo, e não tanto do Estado (Quoniam, Maia, Camelo & Trigo, s/d).

Para que haja aprendizagem ao longo da vida é necessário que a pessoa tenha desejo de aprender, condições para o fazer, independentemente de onde ou quando isso ocorra (Sitoe, 2006). No entanto, nem sempre estes fatores estão confluentes. Quando nos debruçamos sobre as problemáticas como “sem-abrigo”, “pobreza” e “exclusão social”, percebemos que estes fatores podem estar limitados pela falta de oportunidades que surgem nestas situações.

Além de ser necessário que a pessoa tenha disposição de aprendizagem, ambientes propícios para momentos de aprendizagem e pessoas que possam auxiliar o aprendiz no processo de aprendizagem (Sitoe, 2006), a situação de vulnerabilidade social acaba por dificultar este processo, num momento em que são várias as preocupações a surgir em detrimento da situação em que se encontram. Sendo assim, é possível afirmar que a aprendizagem ao longo da vida depende em muito da situação em que a pessoa se encontra, não só a nível económico mas também a nível social e emocional.

Muito mais poderia ser acrescentado nesta contextualização, contudo, para dar uma sequência lógica a todo processo, existe a necessidade de avançar rumo ao enquadramento institucional referente ao estágio curricular e a todo o processo de ensino-aprendizagem deste ano curricular que o presente relatório relata. Avancemos então.

Capítulo II – Caracterização Institucional

A Cáritas Diocesana de Coimbra apresenta-se como uma instituição particular de solidariedade social, que tem como objetivo principal ampliar serviços de apoio e proteção à família, à infância e à juventude, bem como às pessoas que se apresentam em situação de vulnerabilidade social.

2.1 Cáritas Diocesana de Coimbra²

Embora se tenham conhecido experiências associativas católicas no XIX, foi apenas no ano de 1924, no Congresso Eucarístico de Amesterdão, que surgiu o Secretariado Internacional de Caridade – Cáritas, tendo sido designado em 1951 pela Santa Sé como Caritas Internacional, com estatuto próprio, e sediando-a em Roma.

No final da década de 40, a Cáritas Portuguesa inicia a sua atividade em Portugal. Os primeiros anos desta entidade são marcados por dois ciclos. Até 1956 prestou serviços de apoio aos refugiados da Grande Guerra, sobretudo a crianças, e de 1957 a 1959 distribuiu géneros alimentícios. De 1969 a 1974 privilegiaram-se as ações de promoção, construção de casas e alfabetização. A partir de 1974 a Cáritas portuguesa desempenhou um papel importante na animação, promoção da comunhão, formação, proposição de iniciativas de âmbito nacional e representação junto dos foros internacionais.

Em Coimbra a Caritas começou por ser inicialmente uma delegação informal da Caritas portuguesa, estando ligada ao acolhimento de crianças austríacas refugiadas das

² Informação recolhida do livro disponibilizado no Centro de Alojamento Temporário “Farol” – Cáritas Diocesana de Coimbra (2003). *Acção da Diocese 1956-2003*. Coimbra: Gráfica de Coimbra

convulsões políticas e militares europeias na transição da década de 40 para a década de 50. Na década de 60 teve como atividade principal a distribuição de géneros.

A Cáritas de Coimbra assume-se como sendo um serviço da Diocese de Coimbra que tem como objetivo promover a ação social e caritativa da Igreja, mostrando-se capaz de dinamizar as respostas da diocese a situações de carência coletiva e de reconhecer as novas situações de pobreza, de modo que seja possível propor e dinamizar respostas mais prontas e eficazes.

Rege-se por princípios como o de “privilegiar as ações de formação em relação às ações assistenciais – seja na intervenção ao nível das pessoas, seja ao nível das comunidades”, “privilegiar a responsabilidade das comunidades paroquiais na estruturação da sua ação social”, “formação permanente das pessoas, das comunidades e do próprio pessoal da instituição “, “não prescindir da competência técnica e profissional”, etc., de modo a orientar a sua ação para a comunidade e para a pessoa humana concreta.

A Cáritas de Coimbra reparte as suas funções por diferentes valências, orientadas para os seus diversificados públicos que passamos a indicar de seguida de forma sumária.

No que concerne às crianças, a Cáritas de Coimbra possui equipamentos como a Creche e Jardim de Infância, direcionados para o seu acompanhamento, com o objetivo de promover a educação e o acompanhamento nas atividades do quotidiano, melhorando as competências relacionais, interpessoais e lúdico-pedagógicas; O Centro de Acolhimento Temporário (C.A.T), que acolhe temporariamente crianças em risco, no decorrer do período em que se processa a análise e o diagnóstico das suas situações, até que se dê um encaminhamento específico; o Lar de Jovens de Santa Maria de Semide, um lar que se destina a jovens do sexo masculino, com ausência de uma rede de suporte familiar, negligência, maus tratos e dificuldades socioeconómicas. Possui também Centros de Atividades Tempos de Livres (CATL), para os jovens no seu período não escolar.

No que respeita a mulheres e/ou agregados monoparentais com diversas problemáticas (ex-prostitutas, ex-reclusas, vítimas de tráfico para exploração sexual, vítimas de violência doméstica, entre outras) a Cáritas de Coimbra conta com a

Comunidade de Inserção Renascer, um equipamento em regime residencial para mulheres entre os 16 e os 45 anos, com ou sem filhos. O Centro Comunitário de Inserção (CCI), tem como objetivo criar condições para uma ampla intervenção social, familiar e profissional das mulheres que o frequentam, em risco social acrescido. Por fim, a Lavandaria Mondego que funciona com o apoio da Caritas, tendo como objetivo principal a (re)inserção social de mulheres em situação de risco social agravado, sendo alvo de exclusão econômica e social.

Na área da toxicodependência, a Cáritas de Coimbra, conta com a Equipa de Intervenção Direta, que tem como objetivo principal intervir socialmente na prevenção e redução do consumo de drogas, promovendo o desenvolvimento comunitário dos seus membros; o Apartamento de Reinserção Social São Miguel potencia um ambiente de estabilidade e conforto com a prestação de apoio técnico visando a concretização de projetos de vida e autonomização - este equipamento funciona em parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, apoiando indivíduos toxicodependentes nos projetos de reintegração social e profissional, após a conclusão de tratamento prolongado ou em ambulatório; a Equipa de Rua “Reduz” intervém em diversos âmbitos para minimizar os efeitos nefastos do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, bem como combater a disseminação de doenças infecciosas; o Centro de Dia Sol Nascente é uma estrutura de prevenção secundária da toxicodependência, que presta apoio à população toxicodependente em processo de reabilitação, promovendo a integração social e estabilização das condições pessoais de saúde e profissionais; a Comunidade Terapêutica Encontro recebe toxicodependentes em regime residencial de internamento prolongado.

Para a população idosa, a Cáritas Diocesana de Coimbra conta com quatro unidades residenciais para idosos, o Lar de Nossa Senhora da Encarnação; o Lar de Santo António; a Unidade Residencial Sagrada Família e o Lar de São José. Também na área dos idosos dispõe do Serviço de Apoio Domiciliário potenciado a partir dos centros de dia e lares que disponibilizam ajuda na satisfação das necessidades básicas como resposta social.

Relativamente à área da saúde, ademais da área concreta do VIH-Sida (Centro viHda+) e da Unidade de Cuidados de Longa Duração e Manutenção Farol, os serviços da Cáritas Diocesana de Coimbra centram-se principalmente no Centro Rainha Santa

Isabel, que engloba uma Unidade de Cuidados de Longa Duração e Manutenção, uma Clínica de Medicina Física e Reabilitação, um Internamento para grandes dependentes e também Apoio Domiciliário integrado.

No que toca à inovação social, a Cáritas de Coimbra conta com o “ ComVida Quiaios” aberto ao público em geral, com o objetivo de promover o acesso a todas as pessoas aos benefícios do turismo e promover o turismo social religioso, proporcionando bem-estar, lazer e cultura.

Para findar, em termos de apoio social a Cáritas Diocesana de Coimbra conta com equipamentos como o Centro Comunitário São José, a Equipa do Protocolo e Centro Comunitário de Inserção, responsáveis pelo acompanhamento social de várias famílias em processo de Rendimento Social de Inserção.

A Direção atual da Cáritas Diocesana de Coimbra é presidida desde Janeiro de 2009 pelo Pe. Dr. Luís Miguel Batista Costa.

De seguida passarei a realizar uma breve caracterização da instituição que me acolheu para a realização do estágio curricular, o Centro de Alojamento Temporário “Farol”.

2.2 Centro de Alojamento Temporário “Farol”³

O Centro de Alojamento Temporário “Farol” está situado na Rua Dom João Peculiar, abriu em 2005 com o objetivo de acolher indivíduos em situação de sem abrigo e/ou emergência social. Já recebeu cerca de mil indivíduos de ambos os sexos, o que facilita a compreensão da dimensão da problemática dos sem-abrigo bem como da resposta da Cáritas Diocesana de Coimbra.

O Centro funciona 24 horas por dia, acolhendo diariamente 60 utentes, 30 em regime diurno e 30 em regime noturno. Disponibiliza acolhimento noturno, serviço de refeições, lavagem e tratamento de roupa, atividades de caráter lúdico, formativo e terapêutico e *ateliers*.

³ Informação retirada da página online da *Cáritas Diocesana de Coimbra*, que pode ser consultado em http://www.caritas.pt/site/coimbra/index.php?option=com_content&view=article&id=3477&Itemid=21

O Centro de Alojamento Temporário “Farol” responde a dois importantes objetivos: o acolhimento efetivo de pessoas em situação de sem-abrigo e o trabalhar o máximo possível com as mesmas para que seja possível alcançar a melhoria das suas condições de vida e de autonomia pessoal.

O Centro de Alojamento Temporário “Farol” desenvolve diversos projetos personalizados de inserção social e profissional em conjunto com os seus utentes.

Os indivíduos que frequentam esta instituição apresentam percursos de vida associados ao consumo abusivo de substâncias psicotrópicas lícitas e/ou ilícitas, grande mobilidade geográfica, ausência de uma rede de suporte familiar, com os quais não é possível a integração em estruturas de acolhimento tradicionais.

Missão, visão, valores e objetivos⁴

O Centro de Acolhimento Temporário “Farol”, tem como **missão** intervir junto de indivíduos que se encontrem em situação de sem-abrigo e/ou em emergência social, desenvolvendo projetos personalizados que permitam a inserção social de cada um.

Tem como **visão**, garantir a eficácia da reinserção social e profissional das pessoas que reúnam as condições adequadas, de modo a evitar a sua reincidência em novas situações de emergência social.

Apresenta **valores** principais como o Humanismo e Pragmatismo, o *Empowerment* e a Reflexibilidade. Deste modo, é imprescindível que se preste cuidados, de uma forma humana e individualizada, , adotando uma filosofia de ação educativa e sanitária sem fazer juízos de valor prévios. Igualmente importante, é também, valorizar a pessoa, fomentando e incentivando a mudança, para que se apele às potencialidades de cada um e aos recursos internos. Por fim, mostra-se imprescindível responsabilizar e fomentar a participação ativa do utente na elaboração do seu projeto de vida.

Para que se consiga alcançar metas é necessário que se coloquem em ênfase **objetivos** coerentes e sólidos. Deste modo, o CAT Farol apresenta objetivos gerais e específicos. Os objetivos gerais centram-se em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes; diminuir a exposição a situações de risco e sensibilizar para a adoção de comportamentos saudáveis, bem como, contribuir para a reinserção

⁴ Informação disponibilizada pela Diretora do Centro de Alojamento Temporário “Farol”

profissional e social dos utentes. Ligados a estes objetivos, estão os objetivos específicos que visam então proporcionar a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos; proporcionar um espaço protegido para investir num projeto de vida autónomo; promover a reaproximação aos serviços de saúde; desenvolver competências pessoais e sociais; promover a reinserção socioprofissional; apoiar na resolução de questões jurídicas e por fim, mobilizar e implicar as entidades públicas e privadas.

Serviços/Apoios Prestados⁵

O Centro de Alojamento Temporário “Farol” mostra-se responsável por prestar serviços ao nível de: alojamento, alimentação, higiene pessoal, serviço de lavandaria e rouparia, satisfação de necessidades básicas, prestação de cuidados básicos em saúde e enfermagem, administração de medicação, apoio social, apoio psiquiátrico, apoio psicoterapêutico, apoio jurídico, atividades lúdico-ocupacionais, motivacionais e terapêuticas e encaminhamento a serviços sociais, de saúde e jurídicos.

Atividades Diárias desempenhadas pelas Dinamizadoras no CAT Farol⁶

Existem várias atividades colocadas ao dispor dos utentes, para que estes participem e retirem benefícios. O objetivo da realização destas atividades de carácter lúdico e formativo passa por dinamizar o tempo que os utentes passam no centro. Assim, o trabalho realizado nestas atividades tenderá a estimular a cognição, a orientar, a motivar e a criar situações nas quais seja possível refletir, bem como melhorar a atenção e a concentração, debater assuntos específicos e criar momentos de partilha.

As atividades incluem *ateliers*, dinâmicas e atividades livres. Deste modo, passo de seguida a enumerar as atividades realizadas no CAT Farol: Dinâmicas de grupo; *Atelier* de carpintaria; Expressão artística; Oficina de teatro; Sessões de relaxamento; Conversas com Compromisso; Ciclo de cinema; Apoio à procura de quarto e Apoio à procura de emprego. Existem também as atividades livres que são realizadas

⁵ Informação recolhida do Relatório de Avaliação 2015 – Centro de Alojamento Temporário “Farol”

⁶ Informação disponibilizada por membros da equipa técnica do Centro de Alojamento Temporário “Farol”

pontualmente consoante a disponibilidade dos utentes, passo a indicar: Bingo; Pingue-pongue; Dominó; Matraquilhos; Biblioteca; *Atelier* de jardinagem; *Atelier* de cozinha (realizado nos aniversários dos utentes e quando se nota ser relevante); Saídas ao exterior (passeios e visitas) e atividades de cariz pontual, sempre que programadas.

Para além destas atividades, os utentes têm que estar presentes semanalmente nas sessões formativas e nas reuniões de utentes, que são de carácter obrigatório.

Descrição do corpo técnico ⁷

No CAT Farol estão presentes vários elementos do corpo técnico com funções distintas, correspondentes às necessidades dos utentes.

A Direção Técnica está ao encargo da Dr.^a Justina Dias, que para além dessa função faz também acolhimento aos utentes, abrangendo os departamentos de gestão e suporte. No que concerne à gestão de caso, estão responsáveis pelos mesmos, três técnicas, Dr.^a Justina Dias (Diretora do CAT), Dr.^a Guida Rasteiro (Diretora da ULDM) e Dr.^a Ângela Rodrigues (Psicóloga).

Este Centro abrange também no seu corpo técnico um serviço de psiquiatria, um serviço jurídico, serviços de apoio psicossocial (realizado pela Psicóloga e por um Técnico Superior de Serviço Social), serviço de animação (realizado pelas animadoras) e serviços gerais. Os serviços gerais compreendem os serviços administrativos, desempenhados pela escriturária, o serviço de medicação, desempenhado pela encarregada de setor e por fim o serviço de lavandaria, o serviço de refeições e o serviço de limpeza, desempenhados por trabalhadores auxiliares.

Relativamente às dinamizadoras, o CAT Farol dispõe de três, sendo duas educadoras sociais (Dr.^a Bárbara Ribeiro e Dr.^a Glória) e uma animadora cultural (Dr.^a Paula Rainho) que se encontram presentes de segunda a sábado (alternadamente), de modo a assegurar todas as atividades propostas no plano de atividades e necessidades.

⁷ Informação disponibilizada pela Diretora do Centro de Alojamento Temporário “Farol”

Parcerias⁸

O CAT Farol contém algumas parcerias (formais e informais) que promovem e contribuem para o melhor funcionamento da instituição, facilitando algumas tarefas, bem como o aumento da satisfação de algumas necessidades dos utentes nela acolhidos. Deste modo, o objetivo é precisamente facultar serviços de forma mais viável, facilitada e com custos reduzidos para todos.

Passo a enumerar as parcerias formais: C.H.P.C: Unidade de Patologia Dual; Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra; Protocolo de Colaboração no “Projeto de Intervenção dos Sem-Abrigo” Coimbra; APPDACDM Coimbra; Escola Secundária D. Duarte e ABC Cabeleireiros.

Relativamente às parcerias informais, estas são: Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, Centro de Saúde de Celas e Unidade de Saúde de Celas; Centro de Diagnóstico Pulmonar; Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (C.H.U.C); Equipa de Tratamento de Coimbra; Unidade de Desabilitação; C.A.D (Unidade de Tratamento do HIV); Unidade de Alcoologia; Estabelecimento Prisional Central de Coimbra e outros; Direção Geral de Reinserção Social; Comissão Dissuasão da Toxicodependência; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Escolas e Universidades (F.P.C.E.-U.C); Farmácia Estádio e Forças de Segurança.

Dados sociodemográficos dos utentes⁹

O Centro de Alojamento Temporário “Farol” acolhe 30 utentes diurnos e 30 utentes noturnos.

Perante a informação retirada do Relatório de Avaliação 2015 – Centro de Alojamento Temporário “Farol”, no ano de 2015 é possível verificar que foram acompanhados 130 utentes, com prevalência do género masculino (86,15% n =112) em relação ao género feminino (13,85% n=18). Predominam os sujeitos com idades compreendidas entre os 40 e 49 anos (42,31%), sendo que a menor percentagem corresponde aos sujeitos com menos de 19 anos (0,77%).

⁸ Informação recolhida do Relatório de Avaliação 2015 – Centro de Alojamento Temporário “Farol”

⁹ Informação retirada do Relatório de Avaliação 2015 – Centro de Alojamento Temporário “Farol”

Relativamente ao estado civil, a maior percentagem corresponde aos indivíduos solteiros (66,92%) e a menor aos indivíduos em união de facto (0,77%). Predominam os indivíduos com Nacionalidade Portuguesa (89,23%) em relação a outras como a inglesa (0,77%), a brasileira (0,77%), a cabo-verdiana (0,77%), a francesa (1,54%), a romena (2,31%) e a angolana (3,85%). Relativamente ao nível de escolaridade, apenas 3,85% se apresentam como analfabetos, uma percentagem inferior à daqueles que apresentam algum nível de escolaridade. A percentagem mais alta corresponde aos indivíduos que frequentaram e terminaram o 1º ciclo do ensino básico, sendo de 27,69%, seguindo-se o 2º ciclo do ensino básico, com 20,00%. Estas são as percentagens mais altas no que concerne à recolha de dados sobre o nível de escolaridade dos indivíduos. Apenas 1,54% refere que tem uma licenciatura.

No que concerne ao cumprimento de prisão, a percentagem é de 26,92%.

Relativamente ao percurso de vida na rua, 39,23% afirmam que tiveram um percurso de vida na rua, e 60,77% afirmam que não. Quanto ao suporte, 63,08% afirmam que estão sem suporte familiar e 36,92 afirmam que têm suporte familiar.

O presente capítulo teve como objetivo apresentar o órgão institucional de acolhimento do estágio curricular, bem como, a pertinência da sua origem, nomeando os serviços e respostas sociais destinadas a pessoas em situação de sem-abrigo. Neste sentido, serão agora apresentadas, no capítulo seguinte, as atividades realizadas ao longo do período de estágio.

CAPÍTULO III - Descrição do Projeto de Estágio e Investigação

3.1 Descrição das atividades realizadas ao longo do período de estágio

Ao longo do estágio procurei ser interventiva em diversas atividades, umas com observação atenta, outras com participação ativa e ainda assumindo a batuta em algumas delas.

Foi-me dada a oportunidade de participar ativamente e interagir sempre que achasse necessário e importante. Inicialmente apenas assumi um papel de observação, para que pudesse perceber qual era o funcionamento das atividades, tendo também tido liberdade para abordar os utentes, interagir com eles nas atividades levadas a cabo,

assim como compreender as suas necessidades a nível geral e individual. Sempre que achei pertinente procurei intervir nas atividades no sentido de dar o meu contributo.

Passo a enumerar as atividades nas quais participei no CAT “Farol”:

- ✓ *Atelier* de Carpintaria (nos quais criávamos muitos materiais para venda);
- ✓ Oficina de Teatro (incluindo a participação nos ensaios das peças sempre que era necessário, por falta de atores);
- ✓ *Atelier* de expressão artística;
- ✓ Dinâmicas de grupo;
- ✓ Sessões de relaxamento;
- ✓ Caminhadas;
- ✓ Sessões formativas;
- ✓ Reuniões de equipa;
- ✓ Formação sobre “Higienização das mãos”;
- ✓ Atendimento de telefones;
- ✓ Entrega de roupas dos donativos a utentes;
- ✓ Marcação de roupas com os utentes;
- ✓ Acompanhamento a serviços de saúde juntamente com os técnicos;
- ✓ Elaboração de um cartaz de prevenção (anexo 1);
- ✓ Peditório público;
- ✓ Apoio na elaboração de informação para relatórios;
- ✓ Apoio na elaboração de apresentações em *powerpoint*;
- ✓ Inserção de dados na base de dados relativamente a atividades;
- ✓ Participação nas atividades do aniversário do CAT “Farol”;
- ✓ Participação nas atividades do aniversário da Unidade de Cuidados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)
- ✓ Ciclo de cinema - Esta foi uma atividade dinamizada por mim e que tinha lugar às quartas-feiras das 14.30 às 16.30, aproximadamente (anexo 2).

Para além desta participação realizada na dinâmica habitual do Centro de Alojamento Temporário “Farol” e a partir de um levantamento de necessidades, com base na observação da população residente no local, entrevistas não estruturadas a

utentes e técnicos, bem como uma pesquisa bibliográfica, definimos os contributos específicos deste estágio para um aprofundamento e uma intervenção neste contexto, que serão abordados e detalhados nos pontos que se seguem.

3.2 Programa de Desenvolvimento Psicossocial

Justificativa

As dependências de substâncias psicoativas são desde há muito tempo abordadas como um problema social. A verdade é que nos dias de hoje essa problemática tem sido cada vez mais estudada tendo em conta as suas consequências agravadas e debilitantes.

O consumo de substâncias psicoativas acarreta um conjunto de consequências que podem, ou não, ser permanentes, sendo também importante avaliar o tempo de consumo, a idade em que se iniciou o consumo, bem como o tempo de abstinência.

O comprometimento no desempenho cognitivo que se verifica nos indivíduos consumidores de drogas não interfere apenas em aspetos gerais, como também na qualidade de vida. A inabilidade das funções cognitivas está diretamente relacionada com o ponto central do vício, isto é, o comportamento e a tendência do uso de drogas, apesar de daí surgirem consequências negativas (Fernández, *et al.*, 2011 *in* Costa, *et al.*, 2012).

Após uma longa observação da população residente no local de estágio, entrevistas não estruturadas a utentes e técnicos, bem como pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que a dependência de substâncias ilícitas e lícitas durante longos períodos de tempo por parte de muitos utentes está profundamente presente e que esse comportamento contínuo acarretou várias consequências no quotidiano dos mesmos, nomeadamente a nível cognitivo e social. Foi igualmente bastante perceptível que grande parte das dificuldades dos utentes era relativamente à memória, raciocínio, pensamento crítico, assimilação, atenção e concentração.

Este Programa surge no sentido de procurar estimular a qualidade de vida daqueles que para além de estarem numa situação de vulnerabilidade social, apresentam

dificuldades ao nível cognitivo devido ao consumo disfuncional e abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, durante longos períodos de tempo.

Os programas de intervenção educativos são necessários, na medida em que se transformam numa determinante forma de *empowerment* e inserção social. Este programa pretende essencialmente tentar minimizar algumas das consequências de todas as perdas já sentidas. Não sendo nunca uma solução definitiva, nem é essa a intenção, o Programa tem como missão auxiliar a melhorar a qualidade de vida.

Após uma leitura bibliográfica sobre estas consequências pareceu-me adequado desenvolver um programa deste âmbito que permitisse aos participantes ter algum estímulo nas áreas supramencionadas, bem como consciencializar e assim, melhorar, dentro do possível e considerando o tempo de operacionalização, o dia-a-dia dos participantes.

O Programa de Desenvolvimento Psicossocial teve início no dia 29 de março de 2017 e finalizou a dia 25 de maio, contando com dez sessões, sessões essas que se designaram por: “Sessão exploratória”; “ Ler, Ouvir e Descobrir”; “Eu e a curta”; “Do FAROL sei eu”; “Troca-tintas”; “A par com a memória” “Fazemos a história” “Organiza-te”; “ De(cor)ando” e “Encerramento do Programa”. O objetivo das sessões passava pela promoção da cognição dos participantes, focando a memória, o raciocínio, o pensamento crítico, a assimilação e a concentração como ponto de interesse e trabalho, bem como a troca e partilha de ideias, conhecimentos e experiências que pudessem auxiliar na promoção das competências.

As atividades decorriam às terças-feiras das 10h às 10.45h e às quartas-feiras das 14.30h às 15.15h, tendo uma duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos por sessão, embora houvesse flexibilidade de aumentar ou diminuir o tempo da sessão, consoante se verificasse necessário.

Público-alvo:

O público-alvo deste programa foi constituído por 8 indivíduos do sexo masculino, utentes do Centro de Alojamento Temporário “Farol”, que apresentavam um consumo disfuncional e abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, durante

longos períodos de tempo (mais de 5 anos). Os participantes tinham idades compreendidas entre os 24 e os 60 anos, tendo todos nacionalidade portuguesa e encontrando-se em situação de desemprego. Relativamente às habilitações literárias, dois dos participantes eram analfabetos, dos restantes participantes, dois concluíram o 1º ciclo, dois concluíram o 2º ciclo e dois concluíram o 3º ciclo.

A selecção dos participantes decorreu de informações recolhidas através de entrevistas não estruturadas a técnicos e utentes do Centro, que permitiram perceber quais os utentes que revelavam ter tido consumos durante longos períodos de tempo e que poderiam estar dispostos a participar neste programa.

Finalidade do programa:

Este programa tem como finalidade a estimulação de competências de comunicação e o exercício cognitivo, através do estímulo da concentração, do raciocínio, da memória, da atenção, bem como do uso da imaginação e criatividade.

Objetivos específicos

- Tomar consciência de dificuldades regulares no que toca à cognição;
- Perceber o contributo de atividades de estimulação;
- Desenvolver capacidades que promovam maior autonomia nas atividades do dia-a-dia;

No início de algumas sessões foi realizada uma dinâmica introdutória com a finalidade de se criar um momento de *quebra-gelo*.

O método de avaliação do programa consistiu no preenchimento de questionários de avaliação de sessões (anexo 3), no final de cada sessão, de modo a obter uma apreciação relativamente às sessões, bem como uma avaliação da importância e do impacto que as mesmas tiveram no seu quotidiano. No fundo, procurar aferir qualitativamente cada uma das sessões com base nas percepções dos seus intervenientes.

Na última sessão os participantes realizaram uma avaliação global do programa e foi-lhes solicitado que dessem a sua opinião relativamente ao que estas sessões possam ou não ter alterado o seu dia-a-dia, bem como, ajudado a ultrapassar algumas barreiras. Também nesta sessão foi entregue um diploma de participação no programa.

Passemos agora a uma descrição daquilo em que consistiu cada uma das sessões do programa e dos seus resultados, bem como a avaliação da satisfação dos participantes.

3.2.1 Descrição das Sessões

Sessão I – Sessão exploratória

A primeira sessão teve lugar no dia 29 de março de 2017, às 14.30h, com uma duração de uma hora e trinta minutos, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”, mais especificamente numa sala de atividades. Nesta primeira sessão estiveram presentes nove participantes.

A sessão teve como objetivo dar a conhecer aos participantes no programa o que seria realizado ao longo do mesmo e estabelecer um primeiro contacto entre o grupo. Foi explicado detalhadamente aos participantes em que é que consistia o programa, que tipo de sessões seriam realizadas, o conteúdo das mesmas e quais os objetivos a que este programa se propunha.

Ao longo da sessão foi pedida a intervenção dos participantes através de sugestões relativamente ao que lhes tinha sido apresentado, se assim achassem necessário. Foi esclarecido, desde o início, que a opinião de cada um e as sugestões que fossem dando ao longo das sessões seriam tidas em conta.

Foi entregue um documento de Consentimento Informado (anexo 4) a todos os participantes para que assinassem e assim a participação fosse consentida e, posteriormente foi preenchido um questionário sociodemográfico para recolha de dados sobre os participantes.

Ao longo da sessão os participantes foram dando sugestões como: afixar as datas e horários das sessões no *placar*; dar o balanço das competências desenvolvidas ao longo do programa; falar sobre o dia-a-dia dos participantes e das dificuldades que vão encontrando no cotidiano.

No final da sessão foi entregue a cada participante um cartão com as datas de todas as sessões (anexo 5) e foi-lhes solicitado que pensassem sobre algumas dificuldades sentidas no seu cotidiano (ex. esquecimento, dificuldade em manter diálogos, dificuldade de raciocínio, etc) e que as anotassem e trouxessem para a sessão seguinte.

Sessão II – “ Ler, Ouvir e Descobrir”

A segunda sessão foi realizada no dia 18 de abril de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Esta sessão contou com a presença de quatro participantes, sendo que apenas dois dos que faltaram tinham avisado previamente. Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, atenção, assimilação e concentração.

Nesta sessão iniciamos com a tarefa que tinha sido solicitada na sessão anterior e os participantes foram referindo algumas situações nas quais sentiam mais dificuldade no cotidiano. Como por exemplo:

“Sou muito esquecido, esqueço-me de tudo, não sei se é da idade ou da vida que levei”;

“Há dias que parece que ando na lua, não presto atenção a nada e esqueço-me de muitas coisas que tenho para fazer”;

“Eu às vezes estou a falar com o pessoal e há momentos em que já não sei do que estava a falar e falo de outras coisas. Por isso é que às vezes ando no meu canto, calado. Eles não me percebem”;

“Foram as drogas, queimaram-me o cérebro todo, eu antes não era assim. Foram muitos anos a consumir”.

Além destes exemplos também existiram participantes que não referiram dificuldades significativas no quotidiano, embora tivessem surgido falhas de memória em alguns momentos.

De seguida realizou-se uma dinâmica introdutória ao tema da sessão que consistia na apresentação de todos os participantes. Sentados em círculo (de modo a criar proximidade), todos deviam fazer referência ao nome, idade, naturalidade, tamanho do sapato e uma breve descrição de si, enquanto pessoa. Depois deste momento foi solicitado aos participantes que se levantassem e colocassem por ordem alfabética da esquerda para a direita, onde tinham *a posteriori* que realizar o mesmo processo relativamente ao tamanho do sapato e à idade. Por fim foi-lhes pedido que se organizassem por ordem de proximidade relativamente à localidade.

Ao longo da dinâmica foram demonstradas algumas dificuldades na compreensão, assimilação e memória por parte de alguns participantes. No entanto, com algum estímulo e esclarecimento sobre o que estava a ser pedido, todos conseguiram chegar aos pontos solicitados anteriormente. Conseguiram realizar a atividade com sucesso e mostraram-se motivados por conseguir ultrapassar algumas das dificuldades que a dinâmica lhes colocou, o que é de ressaltar.

Posteriormente realizou-se um exercício que consistia na leitura de uma notícia (anexo 6) e consequente resposta a um conjunto de questões elaboradas relativas à mesma. A notícia foi lida duas vezes para que fosse perceptível o conteúdo abordado na mesma e o processo de resposta foi aleatório aquando da colocação das perguntas. Embora alguns participantes se destacassem mais que outros na participação, conseguiram todos realizar a atividade com sucesso, o que foi extremamente positivo.

Sessão III – “EU E A CURTA”

A terceira sessão foi realizada no dia 19 de abril de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de cinco dos participantes integrantes do Programa, sendo que um dos participantes que faltou tinha apresentado

uma justificação previamente. Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, atenção, pensamento crítico e assimilação.

A sessão iniciou-se com uma dinâmica na qual os participantes tinham que referir três bons momentos ou coisas positivas das respetivas infâncias (entenda-se até aos sete anos) que se recordassem. Embora esta tarefa tenha sido mais demorada do que o planeado, os *outcomes* foram positivos, na medida em que embora à partida se mostrassem pouco interventivos e participativos, e até com alguma dificuldade em encontrar momentos nessa fase (referiam maioritariamente recordações da adolescência e não da infância), com o desenrolar da dinâmica foram-se sentindo mais motivados, o que levou a uma maior participação e conforto para falar, tendo inclusive sido vários os exemplos de bons momentos da infância.

No segundo momento da sessão visualizaram a curta-metragem “O Reencontro” (esta curta metragem conta a história do reencontro de um neto com os avós depois de estarem muito tempo afastados. Juntos, neto e avô viajam para assistir aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, onde o jovem descobre que o avô foi um grande atleta de remo na sua adolescência). Após a visualização foi solicitado que fizessem uma crítica ao que tinham acabado de observar, bem como algumas questões referentes à curta-metragem para que fosse possível saber se tinha sido perceptível a mensagem passada e também para que estimulassem a memória. Os participantes responderam acertadamente às questões embora alguns precisassem de algum apoio para conseguir responder acertadamente.

Posteriormente foi solicitado que dessem a sua opinião em relação ao que viram e que, em conjunto, elaborassem um final diferente para a história que tinham acabado de observar. Com isto em mente, cada um contribuiu, tendo sido dados vários exemplos de como cada um alteraria o final da história.

Antes de terminar a sessão voltámos a conversar sobre as dificuldades cognitivas que iam sentindo no seu quotidiano, para que os participantes que faltaram na sessão anterior pudessem dar o seu contributo e se pudesse debater novamente este tema que foi sempre o foco principal do programa.

Sessão IV - “Do FAROL sei eu”

A quarta sessão foi realizada no dia 26 de abril de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de três participantes, sendo que apenas um tinha comunicado e justificado previamente a não comparência

Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, atenção, raciocínio e assimilação.

Deu-se início à sessão com uma revisão conjunta, embora parca, das sessões anteriores, para que os pontos até então estimulados não fossem esquecidos e para que a importância da estimulação da memória e do raciocínio fosse sempre um tema em cima da mesa.

Feita a reflexão, passámos à realização da atividade principal que pressupunha responder a questões relativas ao “FAROL” (anexo 7). Foram feitas doze questões com pontuação, onde o objetivo incidia em acertar o maior número de perguntas e obter assim a maior classificação. Também numa lógica de estímulo pelo trabalho realizado, o participante com maior pontuação foi contemplado com um prémio no final.

Todos os participantes se mostraram ativos no jogo, embora uns se tenham destacado mais do que outros. É importante referir que nem sempre foi fácil concentrarem-se e tentarem responder corretamente, no entanto, foi notório o esforço e o empenho por parte de todos. Existiu uma disputa saudável ao longo da atividade que também acabou por ser importante para que se empenhassem em tentar descobrir as respostas certas às perguntas.

No final foram pedidas algumas sugestões de atividades que quisessem realizar em momentos futuros, assim como de algumas melhorias que achassem necessárias.

Sessão V- “Troca-tintas”

A quinta sessão foi realizada no dia 2 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de cinco dos participantes integrantes do Programa. Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, atenção, raciocínio e assimilação.

Como parte inicial da sessão fizemos um resumo daquilo que tinha sido trabalhado na sessão anterior para, uma vez mais, fomentar e estimular a componente cognitiva.

De seguida demos início às atividades com uma dinâmica que consistia em dizer os dias da semana de segunda a domingo pela sua ordem normal e em seguida de forma contrária, repetindo esta sequência algumas vezes.

Nesta sessão, tornou-se também imperativo, para o bom funcionamento da estrutura do programa, abordar em conjunto a assiduidade, na medida em que, embora a presença não fosse obrigatória, as faltas acabariam por criar uma situação de descontinuidade das sessões para os participantes que faltavam regularmente, prejudicando igualmente a qualidade das sessões para os que compareciam.

Terminado este tema demos início à atividade seguinte. Esta atividade tinha como objetivo estimular o raciocínio e assimilação. Deste modo o exercício a realizar partiria do seguinte objetivo, mostrava-se o nome de uma cor escrita com uma cor diferente, e o que se pretendia era que se verbalizasse o nome da palavra com que a cor está escrita (por exemplo: tinham um cartão com a palavra amarelo escrita a com cor vermelha, o que se pretende é que se leia vermelho e não amarelo). Foram apresentados vários cartões com nomes de cores (anexo 8), cartões esses com cores diferentes das que se pretende que sejam lidas pelos participantes.

Embora inicialmente não tenha sido muito fácil, com o decorrer da atividade foram conseguindo fazer o que lhes tinha sido solicitado e assim, inibir a leitura e passar a observar a cor.

Sessão VI - “A par com a memória”

A sexta sessão foi realizada no dia 3 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de todos os participantes integrantes do programa, o que foi extremamente positivo e aconteceu no seguimento da conversa relativamente à assiduidade estabelecida na sessão anterior. Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, atenção, raciocínio e assimilação.

Iniciou-se a sessão com o habitual resumo e reflexão do trabalho desenvolvido até então, tendo posteriormente avançado para as atividades desenhadas, que para esta sessão em específico foram duas, com o objetivo de fomentar a memória, o raciocínio e a assimilação.

Na primeira atividade foram apresentados cartões com imagens ilustrativas, onde foi solicitado aos participantes que visualizassem uma série de cartões com imagens ilustrativas (anexo 9) durante alguns segundos (cerca de quarenta segundos), cartões esses que posteriormente foram virados ao contrário, de modo a que cada participante encontrasse, para cada cartão, o respetivo par. O exercício foi replicado quatro vezes, com um aumento proporcional do número de cartões à medida que se notava progressão na realização da atividade. Alguns dos participantes destacaram-se mais que outros, no entanto todos foram conseguindo obter sucesso na dinâmica.

Ainda nesta atividade foram apresentados vários cartões com imagens ilustrativas de uma categoria específica (ex. meios de transporte, frutas, legumes, uma divisão da casa, etc.), em que dentro de cada conjunto existia uma imagem que não pertencia à categoria. O objetivo era encontrar o “intruso”, isto é, a imagem que não correspondia à categoria. A atividade foi repetida com várias categorias de imagens, com graus de dificuldade distintos, dado ter sido mais fácil encontrar o “intruso” numas categorias do que em outras. No entanto, apesar de breves dificuldades, a atividade pareceu acessível a todos e foi realizada com relativa facilidade.

A segunda atividade da sessão passou por memorizar cores e associar a imagens, sendo apresentados vários cartões com imagens e cores diferentes. Estas imagens teriam que ser agrupadas por cor (ex. quatro imagens verdes, quatro imagens azuis, quatro imagens amarelas, etc.). De seguida, solicitou-se aos participantes que visualizassem as imagens durante cerca de quarenta segundos, para posteriormente recolherem os cartões e indicarem os nomes de cinco objetos, com o objetivo de associarem a uma cor, recorrendo à memória. As restantes imagens foram verbalizadas e associadas a uma cor. Esta atividade contou com alguns momentos de dificuldade, sendo necessário (em algumas situações) dar pistas como auxílio e estímulo.

Os participantes referiram ainda que foi uma das atividades que mais gostaram e que os ajudou a estimular a memória e o raciocínio.

Sessão VII - “FAZEMOS A HISTÓRIA”

A sétima sessão foi realizada no dia 16 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de seis dos participantes integrantes do programa. Esta sessão tinha como objetivo obter momentos de estímulo de memória, concentração, raciocínio e criatividade.

Inicialmente procedemos ao resumo da sessão anterior, como habitual.

De seguida demos início às atividades com uma dinâmica introdutória, que consistiu em iniciar um diálogo criativo com apenas uma palavra, e onde cada um dos participantes dava continuidade, não descurando as palavras já ditas e acrescentando sempre uma nova palavra. (Ex. O dinamizador começa – “hoje”, à sua direita, o participante deve dizer “hoje” e acrescentar uma palavra “hoje vou”, já o participante seguinte deve verbalizar “hoje vou” e acrescentar mais uma palavra “hoje vou memorizar”, e assim sucessivamente). O jogo parava e voltava ao início sempre que alguém não repetia as palavras anteriores ou sempre que fosse introduzida mais do que uma palavra. Inicialmente houve muitas quebras no diálogo criativo, resultantes de momentos de distração. No entanto, após algumas tentativas e algum esforço, conseguiram realizar a dinâmica com êxito e com menos falhas. Foi notória a vontade de conseguir dar continuidade à sequência de palavras sem cometer erros.

De seguida, aos participantes foram questionados os tipos de histórias que mais gostavam (ex. comédia, aventura, ficção, romance, terror, etc.), e cada um deu o seu *feedback*. No seguimento desse contributo, foi-lhes solicitado que, em grupo, elaborassem uma história que enquadrasse todos os géneros de história apontados. Para esse efeito, procedeu-se à enumeração das categorias apresentadas e realizou-se, de forma organizada, a construção de uma história coerente e integradora

No final da sessão ainda houve tempo para partilharmos um lanche.

Sessão VIII - “Organiza-te”

A oitava sessão foi realizada no dia 17 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de todos participantes integrantes do programa.

Nesta sessão tivemos que reduzir em parte o tempo programado devido a uma sessão de cinema dinamizada por outros estagiários presentes no CAT “Farol”. No entanto, embora não tenha sido possível realizar uma dinâmica introdutória, prosseguimos com a atividade principal que consistia em elaborar cartões para a organização do dia-a-dia dos participantes.

Foram recolhidas opiniões relativamente ao que achavam que seria mais pertinente realizar diariamente e procedeu-se ao esboço dos cartões que seriam entregues na sessão posterior.

Os participantes referiram que precisavam de cartões onde pudessem colocar todos os compromissos que têm que realizar diariamente, como por exemplo, idas a consultas, idas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), atendimento com técnicos, reuniões, entre outros, e que isso os iria ajudar a organizar mais facilmente os seus quotidianos.

Esta sessão resultou da recolha de opiniões levada a cabo na primeira sessão, atendendo aos pedidos feitos ao longo da mesma.

Sessão IX - “ De(cor)ando”

Adaptado de *Bateria Breve de Rastreio Cognitivo* (Nitrini *et al.*, 1994; 2004)

A nona sessão foi realizada no dia 23 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de quatro dos participantes integrantes do programa, isto é, metade dos participantes, na medida em que um dos inscritos inicialmente não deu continuidade à sua participação derivado à sua saída do Centro de Alojamento. Esta sessão teve como objetivo fomentar a memória, assimilação, a concentração e o raciocínio.

A atividade desta sessão foi dividida em três momentos sendo que, no primeiro momento foi apresentada uma folha com uma série de imagens (anexo 10). Os participantes tiveram cerca de um minuto para visualizarem as imagens até ser retirada a folha. Após esse período de visualização, os participantes tiveram que registar em papel o nome das imagens/objetos que se recordavam de ter observado na folha que haviam

visualizado. Foi notória a evolução de alguns dos participantes em memorizar e depois reproduzir o que havia sido visualizado.

No segundo momento da atividade foi pedido aos participantes que escrevessem o maior número de países ou cidades no espaço de um minuto. Neste ponto os participantes sentiram alguma dificuldade em referir países e cidades, mostrando-se de certa forma confusos, tendo inclusive existido a necessidade de alargar o período de tempo em alguns minutos para que se conseguissem concentrar.

O último momento da atividade consistiu em perguntar aos participantes se ainda se recordavam de todas as imagens que lhes tinham sido apresentadas na primeira parte da atividade. De seguida foi solicitado aos participantes que escrevessem numa folha o nome dos objetos de que se recordavam. Esta parte da sessão foi muito positiva pois embora tenham tido dificuldades no segundo momento da atividade, mostraram lembrar-se de muitas das imagens que tinham visto no primeiro momento da atividade.

Sessão X “Encerramento do Programa”

A décima sessão foi realizada no dia 25 de maio de 2017, no Centro de Alojamento Temporário “Farol”. Contou com a presença de seis dos participantes integrantes do programa e teve como objetivo realizar um balanço e uma avaliação global do programa.

Neste sentido, foi possível em conjunto fazer uma análise global de todo o programa. Os participantes deram *feedback*, realçando os aspetos mais positivos e negativos, referindo inclusive sugestões de melhoria. Através desta apreciação, foi possível verificar que os participantes se sentiam gratos, manifestando interesse em possíveis sessões no mesmo formato. Os mesmos afirmaram que o programa tinha sido uma mais-valia e reconhecem que os auxiliou no seu quotidiano.

Por fim, foi entregue um diploma de participação no programa (anexo 11), e em seguida procedemos à realização de um lanche de modo a findar todo este processo.

3.2.2 Avaliação do Programa

Os dados que se seguem fazem referência ao resultado da avaliação conjunta das sessões, de modo a obter uma apreciação relativamente aos conteúdos abordados ao longo das sessões, bem como uma apreciação relativa à dinamizadora. Os pontos a avaliar apresentavam-se uma escala de 1 a 5, sendo que 1 corresponde a *mau*, 2 *suficiente*, 3 *bom*, 4 *muito bom* e 5 *excelente*.

É importante realçar que no conjunto das 8 sessões avaliadas (sendo que a nona sessão foi avaliada numa estrutura global e a primeira sessão não deteve avaliação da satisfação) cada pergunta obteve um total de 43 respostas devido a várias ausências dos participantes ao longo das sessões.

Posteriormente será apresentada uma avaliação da satisfação dos participantes no que toca à globalidade do programa.

Os pontos de avaliação que se seguem fazem referência ao **dinamizador** e às **sessões**, no conjunto das 8 sessões avaliadas.

Grupo I - Avaliação quanto ao Dinamizador

Relacionamento com Participantes

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), duas avaliações como *Bom* (4,7%), dez avaliações como *Muito Bom* (23,3%) e as restantes trinta avaliações corresponderam a *Excelente* (69,8%).

Comunicação com os Participantes

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), duas avaliações como *Bom* (4,7%), quinze avaliações como *Muito Bom* (34,9%) e as restantes vinte e cinco avaliações corresponderam a *Excelente* (58,1%).

Clareza e objetividade na transmissão da informação

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), uma avaliação como *Bom* (2,3%), treze avaliações como *Muito Bom* (30,2%) e as restantes vinte e oito avaliações corresponderam a *Excelente* (65,1%).

Disponibilidade para responder a questões

No conjunto das sessões, esta questão obteve duas avaliações como *Suficiente* (4,7%), dezassete avaliações como *Muito Bom* (39,5%) e as restantes vinte e quatro avaliações corresponderam a *Excelente* (55,8%).

Flexibilidade para propostas de temas

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), duas avaliações como *Bom* (4,7%), treze avaliações como *Muito Bom* (30,2%) e as restantes vinte e sete avaliações corresponderam a *Excelente* (62,8%).

Domínio dos assuntos apresentados

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), três avaliações como *Bom* (7%), catorze avaliações como *Muito Bom* (32,6%) e as restantes vinte e cinco avaliações corresponderam a *Excelente* (58,1%).

Grupo II - Avaliação quanto às Sessões

Conteúdo dos temas abordados

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), três avaliações como *Bom* (7%), catorze avaliações como *Muito Bom* (32,6%) e as restantes vinte e cinco avaliações corresponderam a *Excelente* (58,1%).

Clareza na informação transmitida

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), uma avaliação como *Bom* (2,3%), treze avaliações como *Muito Bom* (30,2%) e as restantes vinte e oito avaliações corresponderam a *Excelente* (65,1%).

Aplicação e utilidade dos temas no quotidiano

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), três avaliações como *Bom* (7%), quinze avaliações como *Muito Bom* (34,9%) e as restantes vinte e quatro avaliações corresponderam a *Excelente* (55,8%).

Duração das sessões

No conjunto das sessões, esta questão obteve duas avaliações como *Suficiente* (4,7%), três avaliações como *Bom* (7%), catorze avaliações como *Muito Bom* (32,6%) e as restantes vinte e quatro avaliações corresponderam a *Excelente* (55,8%).

Ferramentas e tarefas apresentadas

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), seis avaliações como *Bom* (14%), catorze avaliações como *Muito Bom* (32,6%) e as restantes vinte e duas avaliações corresponderam a *Excelente* (51,2%).

Respeito pelos interesses dos Participantes

No conjunto das sessões, esta questão obteve uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), uma avaliação como *Bom* (2,3%), onze avaliações como *Muito Bom* (25,6%) e as restantes trinta avaliações corresponderam a *Excelente* (69,8%).

Alcance dos objetivos pretendidos

No conjunto das sessões, esta questão obteve apenas uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), três avaliações como *Bom* (7%), treze avaliações como *Muito Bom* (30,2%) e as restantes vinte e seis avaliações corresponderam a *Excelente* (60,5%).

Relação dentro do grupo

No conjunto das sessões, esta questão obteve apenas uma avaliação como *Suficiente* (2,3%), duas avaliações como *Bom* (4,7%), nove avaliações como *Muito Bom* (20,9%) e as restantes trinta e uma avaliações corresponderam a *Excelente* (72,1%).

Terminada a análise dos resultados das avaliações das 8 sessões, passemos agora à avaliação da satisfação, realizada na última sessão do programa, com o intuito de avaliar a satisfação dos participantes quanto à globalidade do programa. Esta avaliação foi importante não só para obter resultados quanto à satisfação relativamente ao programa, mas também para perceber se a finalidade do programa tinha sido cumprida e se os participantes voltariam a participar num programa deste formato.

De seguida procedemos à análise dos resultados da avaliação da satisfação relativamente à globalidade do programa.

Avaliação global do programa foi elaborada numa escala de 1 a 5, relativa ao grau de satisfação. Sendo que, 1 corresponde a *nada satisfeito*, 2 a *pouco satisfeito*, 3 a *satisfeito*, 4 a *muito satisfeito* e 5 a *muitíssimo satisfeito*.

A esta avaliação responderam seis dos participantes integrantes no programa. Sendo descrita da seguinte forma:

Grupo I – Avaliação da satisfação quanto ao Dinamizador:

Relacionamento com os participantes

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Satisfeito* (16,7%), sendo que os restantes referiram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (83,3%).

Comunicação com os participantes

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Satisfeito* (16,7%), sendo que os restantes referiram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (83,3%).

Disponibilidade para responder a questões

Nesta questão, três dos participantes revelaram estar *Muito Satisfeitos* (50%) e os restantes três indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (50%).

Flexibilidade para receber propostas de temas

Nesta questão, três dos participantes revelaram estar *Muito satisfeitos* (50%), dois indicam estar *Muitíssimo Satisfeitos* (33,3%) e apenas um refere estar *Satisfeito* (16,7%).

Domínio dos assuntos apresentados

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Satisfeito* (16,7%), outro dos participantes referiu estar *Muito Satisfeito* (16,7%) e os restantes quatro participantes indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (66,7%).

Clareza na informação transmitida

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Muito Satisfeito* (16,7%), sendo que os restantes referiram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (83,3%).

Respeito pelos interesses dos participantes

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Pouco Satisfeito* (16,7%), outro dos participantes referiu estar *Muito Satisfeito* (16,7%) e os restantes quatro participantes indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (66,7%).

Grupo II – Avaliação da satisfação quanto às **Sessões**:

Conteúdo dos temas abordados

Nesta questão, três dos participantes revelaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (50%), dois indicam estar *Muito Satisfeitos* (33,3%) e apenas um refere estar *Satisfeito* (16,7%).

Aplicação e utilidade dos temas no quotidiano

Nesta questão, três dos participantes revelaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (50%), dois indicam estar *Muito Satisfeitos* (33,3%) e apenas um refere estar *Satisfeito* (16,7%).

Duração das sessões

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Pouco Satisfeito* (16,7%), outro dos participantes referiu estar *Muito Satisfeito* (16,7%) e os restantes quatro participantes indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (66,7%).

Ferramentas e tarefas apresentadas ao longo do programa

Nesta questão, dois dos participantes revelaram estar *Muito Satisfeitos* (33,3%) e os restantes quatro indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (66,7%).

Alcance dos objetivos pretendidos

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Satisfeito* (16,7%), dois dos participantes referiram estar *Muito Satisfeitos* (33,3%) e os restantes três indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (50%).

Relação dentro do grupo

Nesta questão, um dos participantes revelou estar *Pouco Satisfeito* (16,7%), outro dos participantes referiu estar *Muito Satisfeito* (16,7%) e os restantes quatro participantes indicaram estar *Muitíssimo Satisfeitos* (66,7%).

Grupo III- Avaliação da satisfação quanto à globalidade do programa:

Numa escala de 1 a 5, deviam realizar a apreciação da participação no programa. Sendo que, 1 corresponde a *nada*, 2 a *pouco*, 3 a *bastante*, 4 a *muito* e 5 a *muitíssimo*.

A participação no Programa foi importante para si?

Nesta questão, três dos participantes revelaram que a participação foi *Muito* importante (50%) e os restantes três indicaram que a participação foi *Muitíssimo* importante (50%).

Progrediu desde o início do Programa até agora?

Nesta questão, três dos participantes revelaram que progrediram *Muitíssimo* (50%), dois dos participantes referiram que progrediram *Bastante* (33,3%), e apenas um indicou que progrediu *Muito* (16,7%).

As estratégias utilizadas podem melhorar o seu desempenho no dia-a-dia?

Nesta questão, um dos participantes revelou que pode melhorar *Bastante* (16,7%), outro dos participantes referiu que pode melhorar *Muito* (16,7%), e os restantes quatro participantes indicaram que podem melhorar *Muitíssimo* (66,7%).

Participou ativamente nas sessões?

Nesta questão, um dos participantes revelou que participou *Bastante* (16,7%), outro dos participantes referiu que participou *Muito* (16,7%), e os restantes quatro participantes indicaram que participaram *Muitíssimo* (66,7%).

Apresentamos de seguida a análise das últimas questões contidas no questionário de satisfação.

“Acha que seria importante continuar com o Programa? Porquê?” – Todos responderam que sim, justificando “*Para testar as nossas competências*”; “*para desenvolver a capacidade de cada pessoa*”; “*Porque é um programa que faz bem ao diálogo, à memória, ao raciocínio e conhecimentos. Foi bom*”; “*Porque gostei*”; “*Em tudo. O pensamento, a memória.*”. Apenas um dos participantes não referiu o porquê.

“O que pensa que poderia ser melhorado?” – As respostas foram:

“*Não penso nada. Estava tudo mais que correto.*”; “*Mais tempo, mais horas em cada sessão.*”; “*Ter mais temas e ter mais sessões*”; “*Já foi bom. Acho que estava tudo bem.*”; “*Nada*”; “*Não mudava nada*”.

“Voltava a participar num programa deste formato?” – Todos responderam afirmativamente.

Findas as avaliações relativas ao programa e depois de uma análise das mesmas, é possível afirmar que na globalidade os participantes revelaram ter gostado de participar num programa deste formato e que notaram evoluções desde a primeira sessão até à última, mostrando-se agradados com as evoluções que faziam desde o início de cada sessão até ao final, bem como de sessão para sessão. Foram referidas várias vezes que gostariam de continuar com sessões deste formato. O bom ambiente existente no grupo de trabalho foi muito importante para que as evoluções fossem acontecendo e para que todos se respeitassem.

3.3 Investigação - Percursos Formativos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Resumo

A pesquisa sobre percursos escolares de pessoas em situação de sem-abrigo revela um elevado predomínio de trajetórias de abandono escolar precoce, absentismo e também por baixos níveis de escolaridade. (Bento & Barreto, 2002; Pinto, 2001; Sebastião, 1998; Van der Ploeg & Scholte, 1998 cit por Bastos, 2011)

A presente investigação tem por base a tese de doutoramento realizada pela Doutora Maria Bastos (Bastos, 2011), que faz uma análise dos percursos escolares de sem-abrigo.

Após a leitura da tese e conseqüente análise pareceu indicado desenvolver uma aproximação a essa investigação com a população residente no Centro de Alojamento Temporário “Farol”, de modo a perceber de que forma os percursos formativos possam ter influenciado os percursos de vida.

Tornou-se importante perceber há quanto tempo estes indivíduos se encontravam em situação de sem-abrigo, perceber as percepções que têm dos seus percursos escolares, em que é que os seus percursos escolares influenciaram a sua vida e de que forma a formação profissional pode ou não ser importante para a progressão e inclusão. Foi a partir destas questões mais gerais que se procedeu à investigação, bem como à criação do guião de entrevista, utilizado como instrumento de recolha de dados.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo perceber os percursos formativos de um grupo de pessoas que se encontra em situação de vulnerabilidade social, e por esse motivo se encontra num centro de alojamento temporário, tentando também perceber de que forma os seus percursos formativos tiveram influência na sua vida, o porquê e se a formação profissional tem alguma importância no seu quotidiano.

Metodologia

Neste ponto será identificada e caracterizada a amostra, isto é, os participantes da investigação. De seguida, serão apresentados os instrumentos que utilizámos como recurso para proceder à recolha de dados e, por fim, será elaborada a descrição dos procedimentos.

- Descrição da amostra

A amostra do presente estudo é constituída por 30 participantes, de ambos os sexos, sendo maioritariamente do sexo masculino com 28 participantes, e apenas 2 participantes do sexo feminino. Esta discrepância deve-se ao facto da população residente no Centro de Alojamento em que incide o estudo acolher maioritariamente indivíduos do sexo masculino. Todo o grupo estava em regime nocturno sendo por isso a população alvo escolhida para aplicar este estudo. As idades variam entre os 19 e os 66 anos, sendo um grupo bastante heterogéneo, no que concerne às idades. Relativamente ao nível escolaridade, o grupo é essencialmente composto por pessoas que frequentaram o ensino básico, existindo apenas 4 indivíduos que frequentaram o ensino secundário e 2 que nunca estudaram.

Relativamente à situação profissional atual, os indivíduos encontram-se maioritariamente inactivos a nível profissional, 27 por desemprego e 2 por reforma. Tendo apenas um individuo com emprego temporário.

Será de seguida apresentada detalhadamente a caracterização amostral, recorrendo à análise de tabelas.

Quadro 1 - Distribuição da amostra por idade

	Frequência	Porcentagem
19	1	3,3
24	2	6,7
25	1	3,3
28	2	6,7
29	1	3,3
37	1	3,3
41	1	3,3
42	2	6,7
45	1	3,3
46	2	6,7
47	3	10,0
48	1	3,3
49	2	6,7
50	1	3,3
52	2	6,7
57	1	3,3
58	2	6,7
59	1	3,3
60	1	3,3
61	1	3,3
66	1	3,3
Total	30	100,0

Recorrendo à análise do **Quadro 1** verifica-se que os indivíduos têm idades compreendidas entre os 19 (3,3%) e os 66 anos (3,3%), sendo que a faixa etária que apresenta maior percentagem é a dos 47 anos com 10% da amostra.

Quadro 2 - Distribuição da amostra por sexo

	Frequência	Porcentagem
masculino	28	93,3
feminino	2	6,7
Total	30	100,0

Através da análise do **Quadro 2** é possível afirmar que a maioria dos participantes é do sexo masculino. Sendo 28 participantes (93.3%) do sexo masculino e apenas 2 (6.7%) do sexo feminino.

Quadro 3 - Distribuição da amostra por estado civil

	Frequência	Percentagem
Solteiro	22	73,3
divorciado	8	26,7
Total	30	100,0

Relativamente ao estado civil perante a análise do **Quadro 3**, verifica-se que 22 participantes (73.3%) são solteiros e 8 (26.7%) são divorciados.

Quadro 4 - Distribuição da amostra por nacionalidade

	Frequência	Percentagem
Portuguesa	27	90,0
Angolana	2	6,7
Ucraniana	1	3,3
Total	30	100,0

No que toca à nacionalidade, representada no **Quadro 4**, a maioria dos participantes são portuguesas - 27 dos participantes (90%), sendo 2 participantes (6.7%) de nacionalidade angolana e 1 (3.3%) de nacionalidade ucraniana.

Quadro 5 - Distribuição da amostra por situação profissional

	Frequência	Percentagem
empregado	1	3,3
desempregado	27	90,0
reformado	2	6,7
Total	30	100,0

Por intermédio do **Quadro 5** verifica-se que apenas 1 participante (3.3%) se encontra empregado, 27 dos indivíduos (90%) se encontram em situação de desemprego e 2 dos participantes (6.7%) encontram-se já reformados.

Quadro 6 - Distribuição da amostra por cuidadores

	Frequência	Porcentagem
Mãe	5	16,7
Pai	1	3,3
mãe_padrasto	2	6,7
pais adotivos	2	6,7
Irmã	1	3,3
Tia	1	3,3
instituição	2	6,7
Pais	16	53,3
Total	30	100,0

Quanto à análise do **Quadro 6** verifica-se que na sua maioria os participantes tiveram ao cuidado dos pais (pai e mãe) – 16 (53.3%) durante o seu percurso escolar, 5 indivíduos (16.7%) ao cuidado apenas da mãe, 1 (3.3%) ao cuidado apenas do pai, 2 participantes (6.7) ao cuidados da mãe do padrasto, 2 (6.7%) ao encargo dos pais adotivos, 1 (3.3.%) vivia com a irmã, 1 (3.3%) com a tia, e por último, 2 dos participantes (6.7%) tiveram aos cuidados de uma instituição.

Quadro 7 - Distribuição da amostra por habilitações literárias dos cuidadores

	Frequência	Porcentagem
analfabeto	3	10,0
3º ano	2	6,7
4º ano	11	36,7
6º ano	3	10,0
9º ano	3	10,0
12º ano	2	6,7
ensino superior	2	6,7
Total	26	86,7
Ausente	4	13,3
Total	30	100,0

Partindo da análise do **Quadro 7** verifica-se que 3 dos indivíduos (10%) são analfabetos, 2 (6.7%) têm o 3º ano completo, numa maior percentagem temos os indivíduos que tiveram um percurso académico até ao 4º ano – 11 indivíduos (36.7%), 3 (10%) seguiram os estudos até ao 6º ano, 3 (10%) prosseguiram até ao 9º ano, 2 (6.7%) frequentaram o 12º ano e por último 2 participantes (6.7%) frequentaram o ensino superior.

Quadro 8 - Distribuição da amostra das habilitações literárias dos participantes

	Frequência	Percentagem
analfabeto	2	6,7
1º ano	2	6,7
3º ano	1	3,3
4º ano	4	13,3
5º ano	1	3,3
6º ano	5	16,7
9º ano	11	36,7
12º ano	4	13,3
Total	30	100,0

Recorrendo ao **Quadro 8** é possível observar que 11 participantes (36.7%), ou seja, a maior parte da amostra, frequentou até ao 9º ano de escolaridade, 5 (16.7%) o 6º ano, 4 (13.3%) indivíduos mantiveram-se na escola até ao 4º ano, 4 (13.3%) até ao 12º ano – sendo o nível de habilitações literárias mais elevado nesta amostra -, 1 participante (3.3%) frequentou até ao 3º ano, 2 participantes (6.7%) apenas frequentaram o 1º ano de escolaridade e 2 indivíduos são analfabetos (6.7%).

Quadro 9 - Distribuição da amostra por idade de abandono escolar

	Frequência	Porcentagem
9	1	3,3
11	2	6,7
12	3	10,0
13	1	3,3
14	3	10,0
15	4	13,3
16	2	6,7
17	3	10,0
18	3	10,0
20	3	10,0
23	1	3,3
24	1	3,3
Total	27	90,0
Ausente	3	10,0
Total	30	100,0

Recorrendo ao **Quadro 9** referente à idade de abandono escolar verifica-se que maioria dos participantes abandonou a escola aos 15 anos (13,3%), seguindo-se das idades 12, 14, 17, 19 e 20 anos (10%). As idades que apresentam uma menor percentagem são os 9, 13, 23 e 24 anos (3,3%).

Quadro 10 - Distribuição da amostra por rendimento escolar

	Frequência	Porcentagem
Fraco	6	20,0
razoável	11	36,7
Médio	9	30,0
Bom	2	6,7
Total	28	93,3
Ausente	2	6,7
Total	30	100,0

No que se refere ao rendimento escolar observável no **Quadro 10**, identificam-se 6 participantes (20%) com o nível fraco, 11 participantes (36,7%) com o nível

razoável, 9 participantes (30%) com o nível médio, e apenas 2 dos participantes (6.7%) com o nível bom.

Quadro 11 - Distribuição da amostra por reprovações

	Frequência	Porcentagem
Sim	23	76,7
Não	5	16,7
Total	28	93,3
Ausente	2	6,7
Total	30	100,0

Analisando o **Quadro 11** observa-se que 23 participantes (76.7%) reprovaram durante o seu percurso escolar e 5 dos participantes (16.7%) não tiveram situações de reprovação no decorrer do seu percurso escolar.

Quadro 12 - Distribuição da amostra por formação extraescolar

	Frequência	Porcentagem
Sim	2	6,7
Não	28	93,3
Total	30	100,0

Quanto à formação extraescolar representada no **Quadro 12**, apenas 2 indivíduos (6.7%) responderam positivamente, sendo que 28 (93.3%) não tiveram acesso a formação extraescolar.

Quadro 13 - Distribuição da amostra por problemas de comportamento

	Frequência	Porcentagem
Sim	14	46,7
Não	16	53,3
Total	30	100,0

Tendo em conta a análise do **Quadro 13**, verifica-se que 14 dos inquiridos (46.7%) tiveram problemas de comportamento na escola e 16 dos inquiridos (53.3%) não tiveram problemas escolares a nível de comportamento.

Relativamente a esta recolha de dados foram igualmente elaborados gráficos de análise relativamente à população em estudo (anexo12).

- Contexto de recolha de dados

A recolha de dados utilizados nesta investigação foi executada no Centro de alojamento temporário “FAROL”, local onde se encontravam a residir temporariamente os participantes da investigação.

- Instrumentos utilizados para recolha de dados

De modo a proceder à recolha de dados foi utilizado um Guião de Entrevista Semiestruturada (anexo 13), uma vez que os tópicos da entrevista foram previamente selecionados pelo investigador, e um Questionário sociodemográfico (anexo 14).

✓ **Questionário sociodemográfico**

O questionário sociodemográfico foi utilizado nesta investigação para fazer uma recolha de dados que permitisse posteriormente analisar, comparar e retirar conclusões pertinentes para a investigação em curso.

✓ **Entrevista semiestruturada**

A entrevista semiestruturada tem como característica questões básicas e essenciais para atingir o objetivo da pesquisa. Triviños (1987, *in* Manzini, s/d., p. 2) refere que a entrevista semiestruturada “ (...) favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da sua totalidade (...) ”. Este tipo de entrevista é mais favorável a fazer despontar informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Sendo neste

sentido a escolha mais acertada como instrumento de recolha de dados para a presente investigação.

- Procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada com o auxílio de um gravador, utilizado após a autorização dos participantes. As entrevistas foram realizadas em locais combinados previamente com os participantes.

De forma a garantir o respeito e a participação de livre vontade de cada participante, foi elaborado um Consentimento Informado (anexo 15), em que ambas as partes (investigador e participante) assinaram e comprometeram-se a certos aspetos.

Cada uma das entrevistas concretizadas iniciou-se com a apresentação da entrevistadora, com a explicação detalhada dos objetivos das mesmas, bem como a solicitação da autorização para proceder à gravação da entrevista (após a entrega do Consentimento Informado, que garantia o anonimato).

- Procedimentos de análise de dados

Com o objetivo de avaliar os resultados obtidos, o conteúdo das entrevistas será seguidamente analisado. Esta análise resulta de uma análise de conteúdo obtida através da sistematização da informação recolhida nas entrevistas anteriormente realizadas.

Para Bardin (2009, *in* Farago & Fofonca, s/d), a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

“A análise de conteúdo *stricto sensu* define-se como uma técnica que possibilita o exame metódico, sistemático, objetivo e, em determinadas ocasiões, quantitativo, do conteúdo de certos textos, com vista a classificar e a interpretar os seus elementos constitutivos e que não são totalmente acessíveis à leitura imediata” (Robert e Bouillaguet, 1997, cit. por, Amado, 2013, p. 304).

Este tipo de análises tem como objetivos, “Efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986, cit. por, Amado, 2013, p. 304)

Procurar-se encontrar resposta, perante uma determinada mensagem, relativamente a “**o que** foi dito, **como** se disse e **a quem** se disse? (...) **porque** se disse? (...) **com que efeito?**” (Amado, 2013, p. 304)

Amado (2013) refere que o aspeto mais importante que se retira da análise de conteúdo é o facto de ela permitir obter uma representação rigorosa e objectiva dos conteúdos por resultado da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, bem como o avanço que se obtém no sentido da captação no seu sentido pleno.

A análise de conteúdo passa por vários processos/fases de categorização importantes e idênticos para qualquer um dos estudos, sendo estes, a definição do problema e dos objetivos do trabalho, a explicitação de um quadro de referência teórico, a constituição de um "corpus" documental, a leitura atenta e ativa, a formulação de hipóteses e por fim a categorização. É necessário que haja uma fase preliminar à categorização na qual se toma uma opção pelo tipo de procedimento, se aberto, fechado ou misto e se faz a determinação das unidades de contexto, registo e contagem (Amado, 2013).

Aquando os procedimentos de recorte, codificação e reagrupamento surge a fase de recorte e diferenciação vertical, de todos os documentos, a fase de reagrupamento e comparação horizontal dos recortes realizados na fase anterior e por fim a fase de reelaboração do mapa conceptual e esboço da matriz, onde se revê, reformula e aperfeiçoa o mapa conceptual (Amado, 2013).

A classificação e construção do sistema de categorias apresenta como regras da categorização e validação interna do sistema a exaustividade, a exclusividade, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade, a produtividade e os conteúdos categorizáveis (Amado, 2013).

Relativamente à apresentação e interpretação dos dados da análise, esta pressupõe a apresentação e interpretação dos dados, podendo surgir alguns problemas de transformação da matriz em texto (Amado, 2013).

No seguimento desta breve contextualização que caracteriza o conceito de análise de conteúdo, passemos agora à continuidade das conclusões retiradas desta investigação.

Após uma detalhada análise de conteúdo (anexo 16) relativamente aos percursos formativos de pessoas em situação de sem-abrigo, da qual resultaram categorias e subcategorias de análise, passaremos a enunciar as mesmas. A categoria relativa ao percurso de sem-abrigo foi dividida em quatro subcategorias, sendo estas, a duração, as causas, as perspetivas futuras, e a influência familiar. A categoria correspondente ao percurso profissional foi dividida pelas seguintes subcategorias: experiência profissional, início, motivos, situação atual, conduta profissional e expectativas futuras. A terceira categoria, relativa ao percurso escolar foi dividida nas seguintes subcategorias: desempenho escolar, motivação, fatores influentes na conclusão dos estudos, participação do agregado familiar. A quarta categoria era referente à participação escolar, subdividida nas seguintes categorias, vantagens da participação escolar, desvantagens da participação escolar e influência ao longo da vida. A última categoria dizia respeito à formação profissional que foi dividida pelas subcategorias, participação, motivo da participação, importância da participação e perspetivas.

Terminada a descrição das categorias e subcategorias utilizadas na análise de conteúdo, passaremos de seguida à análise dos resultados.

Resultados

Partindo de uma análise pormenorizada das entrevistas recolhidas podemos afirmar que o percurso de sem-abrigo da população entrevistada apresenta durações de 1 mês até cerca de 20 anos. Tendo como causas, falecimento de familiares (pais), corte de laços familiares, desemprego, desemprego prolongado, emprego precário, baixos rendimentos, problemas jurídicos, consumo abusivo de álcool e drogas, furtos, longos anos sob pena de prisão, fatores esses que culminaram em perda de habitação e consequente situação de sem-abrigo.

No decorrer das entrevistas os participantes referiram a idade em que iniciaram o seu percurso de trabalho, bem como os motivos que os levaram a iniciar esse percurso. Com idades de abandono escolar compreendidas entre os 8 e os 22 anos referiram como

motivos de início laboral a necessidade de apoio financeiro aos cuidadores, terem sido persuadidos pelos cuidadores a trabalhar, mau desempenho escolar, sustento próprio e necessidades económicas. Todavia, dois dos participantes revelam nunca terem trabalhado pois nunca tiveram necessidade de o fazer (até à data).

Relativamente ao abandono escolar os motivos são diversos, desde inserção laboral (por necessidade económica, apoio na sustentabilidade económica familiar ou por iniciativa própria), baixo rendimento escolar, desvalorização escolar, reprovações consecutivas, falta de apoio dos cuidadores para manter o percurso escolar, mau ambiente familiar, situações de agressão em contexto escolar, perda de cuidadores, dificuldades socioeconómicas, entre outras. Neste sentido, as determinantes familiares, que incluem o nível socioeconómico, o funcionamento familiar, o emprego e habilitações literárias dos cuidadores, são muito importantes na análise do abandono escolar.

No que concerne à participação do agregado familiar no percurso escolar, as respostas encontram-se divididas. Na medida em que, a diferença entre a participação e a não participação apresenta-se, de certa forma, equivalente. No entanto é de notar que os que referem a existência de participação por parte do agregado consideram apenas a mãe como interessada no percurso escolar. Uma das elações tiradas deste ponto de análise prende-se com o facto da preocupação apresentada se mostrar “branda” e pouco consistente.

Na análise à formação profissional a maioria dos participantes referem já ter integrado formação profissional, apontando como fatores da sua participação, auxílio na inserção laboral, ocupação, ampliação de conhecimentos, obtenção de remuneração, obrigação, influência externa, obtenção de habilitações literárias, entre outros. Relativamente aos entrevistados que referem nunca terem participado em formação profissional, apontam como justificativa o facto de nunca ter surgido oportunidade de ingressar, idade avançada, falta de tempo, preferência ao trabalho e não à formação, entre outros motivos.

No que toca à influência que o percurso escolar teve na vida, a maioria dos entrevistados refere que houve influência. Sendo que, muitos dos participantes revelam que o facto de terem abandonado a escola precocemente trouxe consequências em vários níveis da sua vida profissional e social. Referem os conhecimentos adquiridos

como importantes, e demonstram arrependimento por não terem continuado a estudar, indicando a falta de habilitações como uma condicionante.

Deste modo, concluímos que, na sua maioria, os percursos formativos das pessoas em situação de sem-abrigo são, na generalidade, marcados por insucesso e abandono escolar, ou saída precoce. As percepções relativas a esses percursos caracterizam-se por uma marcada desvalorização da escola, não só pelos indivíduos, mas também pelos cuidadores. No entanto, na idade adulta as apreciações parecem alterar-se relativamente à importância da escola.

Outros pontos de análise são referidos na análise de conteúdo que segue em anexo (anexo 16) e que poderão ser consultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda a apresentação de todo o processo de estágio decorrente do segundo ano de Mestrado em Ciências da Educação, chega o momento de realizar uma reflexão crítica sobre todo o trabalho que constitui o presente documento.

A realização do estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação criou uma oportunidade de aproximação à realidade do contexto de trabalho, proporcionando situações favoráveis ao desenvolvimento de competências nos diversos domínios educativos, juntando o saber teórico com a prática educativa.

O período de estágio identifica-se como um momento de aprendizagem, um aprofundar de saberes, um desenvolvimento a nível pessoal e uma preparação profissional. No Centro de Alojamento Temporário “Farol” foi possível desenvolver várias competências, com ênfase para as competências transversais como a adaptabilidade a novos contextos, a empatia, a resiliência, a autonomia, a persistência, a motivação, a iniciativa, entre outras. Competências essas que auxiliaram todo o processo de estágio e possibilitaram a concretização dos objetivos a que se propôs.

Dadas as suas especificidades e características, do público-alvo, cada um com a sua forma de estar e de olhar o mundo, foi importante criar uma proximidade constante e alguma empatia para que posteriormente fosse possível pôr em prática os objetivos delineados.

Embora tenha sido um período enriquecedor e de contínua aprendizagem, nem sempre foi fácil. Estar perante uma comunidade em vulnerabilidade social, com a qual nunca tinha tido lidado, permitiu conhecer e obter uma maior perceção daquilo que acontece com estas pessoas. A convivência com este público criou uma elucidação das enormes falhas que são concretizadas diariamente. Estamos perante uma problemática cada vez mais presente na sociedade portuguesa, mas que se revela pouco abordada e com poucas soluções colocadas em prática que revelem resultados positivos. O facto de existirem políticas sociais não faz com que estas pessoas deixem de estar na rua ou em centros de alojamento, não faz com que tenham um acompanhamento permanente, ou que deixem de sofrer preconceito, é necessário que as medidas que se criam tenham de facto uma finalidade digna para estas pessoas. Não é um rendimento que vai permitir a alguém sobreviver ou um alojamento temporário que vai resolver este problema. Seria

de facto necessário accionar sistemas sociais que se preocupassem com o futuro destes indivíduos, que se preocupassem com o acompanhamento após a saída dos centros de alojamento.

Estamos perante um flagelo, um problema permanente. Quantos de nós já não ouviram expressões como “Eles são todos iguais!”, “Estão na rua porque querem!”, “Eles não mudam!”, “Vão trabalhar!”? Entre muitas outras expressões que se verbalizam em relação a estas pessoas que se encontram numa situação de privação extrema. Mas será de facto verdade o que se ouve e o que se diz? Ou serão apenas vozes de quem se encontra alheio a esta realidade ambivalente, no sentido de ser tão próxima e tão distante? É necessário criar contextos propícios à integração, estratégias de combate a esta agrura, e principalmente, uma sociedade que se preocupe e que lute pela inclusão, pela igualdade, pelos direitos, pelas pessoas.

Importa referir que ao longo deste período de estágio foi-me possível ter uma perceção mais alargada do enorme trabalho que muitos dos técnicos que trabalham com esta população fazem e da preocupação que demonstram por aqueles que “lhes passam nas mãos”. Observei tentativas incansáveis de re(inserção), que me permitiram perceber que existem muitas pessoas a tentar que este flagelo seja combatido.

Não poderia terminar sem antes referir uma das verbalizações de um dos participantes no programa que fez perceber que de facto o objetivo foi cumprido, “Vou ter saudades dela, nunca aqui tivemos uma estagiária assim, ela preocupa-se mesmo connosco. É verdade”.

Resta-me agradecer pela oportunidade de aprendizagem que me foi dada e pela bagagem adquirida no Centro de Alojamento “Farol”.

BIBLIOGRAFIA

- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Abreu, P. & Antunes, V. (2005). *CUIDADOS DE SAÚDE AOS SEM-ABRIGO- Que realidade?-*. Loures: Lusociência
- Aníbal, A. (2013). Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida e à Validação das aprendizagens informais e não formais: recomendações e práticas. *CIES e-Working Paper, 147*, 1-29.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70
- Bastos, M. (2011). *Percursos escolares de pessoas sem-abrigo* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Minho, Portugal).
- Barrocas, J. (s/d). Tratamento de Manutenção com Metadona, Padrões de Consumo de Álcool e Sintomatologia Psicopatológica. *Colectânea de Textos da Equipa de Tratamento da Amadora Número 2, 2*, 39-48.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Borba, A., & Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Revista Serviço Social & Sociedade, 106*, 219-240.
- Caetano, A., & Guadalupe, S. (2017). Rede Social de Pessoas com Consumos Aditivos e Dependências. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social, 3(1)*, 14-26.
- Canário, R., Alves, N., & Rolo, C. (2001). *Escola e Exclusão Social*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional : EDUCA.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta Editora
- Cáritas Diocesana de Coimbra (2003). *Acção da Diocese 1956-2003*. Coimbra: Gráfica de Coimbra
- Castro, M. (2004). Do prazer à dependência. *Revista TOXICODEPENDÊNCIAS, 10(3)*, 49-53.
- Costa, A. B. (2005). *Exclusões Sociais* (5a ed). Lisboa: Gradiva Publicações
- Costa, A., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo* (1a ed.). Lisboa: GRADIVA.
- Costa, L., Navas, A., Oliveira, C., Ratto, L., Carvalho, K., Silva, H., ... Tieppo, C. (2012). Avaliação da memória operacional fonológica e impulsividade de usuários de drogas atendidos em um centro de atenção integrada à saúde mental. *REVISTA CEFAC – Speech, Language, Hearing Sciences and Education Journal, 14(3)*, 438-447.

- Costa, A., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo* (1a ed.). Lisboa: GRADIVA.
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2017-2023. Consultado em Julho de, 2017, em <https://dre.pt/application/file/a/107745642>
- Ferreira, S., Moutinho, L., & Diegues, P. (2014). Do copo meio cheio à mente vazia: o impacto do consumo do álcool no funcionamento cognitivo. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 5(1), 93-105.
- Ferreira, S., & Moutinho, L. (2014). Os novos caminhos da reabilitação alcoólica : uma proposta de intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4(1), 49-63.
- Kessler, F. (2009). Do “acaso” do uso de drogas ao “descaso” dos comportamentos de risco. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – APRS*, 31(3), 135-137.
- Miguel, R., Rijo, D., & Lima, L. (2012). Fatores de Risco para o Insucesso Escolar: A Relevância das Variáveis Psicológicas e Comportamentais do Aluno. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 46(1), 127-143.
- Quoniam, L., Maia, R., Camelo, C., & Trigo, M. (s/d). Educação e formação ao longo da vida: progressão na carreira e certificação de competências. *Actas do 1º Encontro de Educação Corporativa Brasil/Europa*, 153-164.
- Centro de Alojamento Temporário “Farol” (2015). *Relatório de Avaliação*
- Sena, E., Boery, R., Carvalho, P., Reis, H., & Marques, A. (2011). Alcoolismo no contexto familiar: Um olhar fenomenológico. *Texto & Contexto Enfermagem*, 20(2), 310-318.
- Sitoe, R. (2006). Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico? *Comportamento organizacional e gestão*, 12(2), 283-290.

ANEXOS